

2

Definições e percursos: O que é o diário?

A pergunta que abre esse capítulo da pesquisa é, de um lado, ingênua e, talvez, um tanto inútil. De outro lado, ela é complexa. Ingênua por querer reduzir a um conjunto de normas prescritivas uma prática de escrita que tem por característica não obedecer a regras pré-determinadas. Inútil por não poder nos conduzir a nenhum lugar mais específico e privilegiado na compreensão do diário pessoal como um fenômeno histórico ou literário. E, por fim, complexa, pois requer uma observação cuidadosa de diversas manifestações diarísticas, destacando pontos em comum e tentando esboçar, através da recorrência de traços, a convergência de funções e repertórios temáticos de uma escrita que prima pela liberdade de escolhas - no foro íntimo - sobre o *como*, o *quando* e o *quê* conter. Em princípio, tentarei refletir sobre o que teria sido o início da escrita pessoal e como ela veio se desenvolvendo, ao longo de séculos de transformações tanto na forma como o homem se compreende quanto nos suportes que acolhem suas reflexões pessoais.

2.1 Em busca do marco inicial da escrita pessoal

A origem da escrita pessoal remonta a um tempo anterior à emergência da modernidade, embora a ela seja constantemente vinculada, uma vez que o surgimento do homem moderno proporcionou as condições de possibilidade para que uma escrita de si tomasse fôlego e se estabelecesse, se não como gênero, pelo menos como forma de expressão de uma singularidade. Em seu estudo de 1963, sobre os diários na Europa, Gustav Hocke¹ situa a origem da escrita pessoal na prática regular dos soberanos persas de anotar os fatos diários como forma de conservar tudo o que poderia ser considerado marcante para o seu tempo. Essa

¹ Gustav Hocke publicou *Das europäische Tagebuch*, em 1963. As referências a esse trabalho foram retiradas de Heyden-Rynsch, 1998.

prática teria sido assimilada pelo Império Romano sob a forma das autobiografias políticas, inaugurando assim a tradição europeia das crônicas de eventos. Na Grécia, desenvolveu-se toda uma reflexão sobre o cuidado de si, sobre a subjetividade, conhecimento de si e introspecção. Entretanto, a ênfase estava no “conhecimento da natureza humana em geral, e não a partir de um ponto de vista individual” (HEYDEN-RYNSCH 1998).

No Renascimento, de acordo com Hocke, com a síntese das heranças culturais e intelectuais grega e latina, a tradição dos antigos cronistas romanos e as premissas de uma “literatura da subjetividade”, patrocinada pelo helenismo, teria proporcionado a pavimentação do caminho que levaria, inevitavelmente, ao surgimento, na cultura europeia, do diário íntimo. No caso da Alemanha, foco de atenção de Hocke, será somente no século XVI que diários começarão a se popularizar, como uma espécie de crônica privada, inspirada pelos humanistas, notadamente Dürer e Crusius:

Cette écriture intime trouva plus tard un terrain d'élection dans le piétisme du XVIII^e siècle, avec son culte, aussi fameux que décrié, d l' "intériorité" si chère au tempérament allemand, et dans le "mal du siècle" des romantiques. On assista même, après le triomphe de *Werther* et de *Poésie et Vérité* à une véritable épidémie de journaux intimes. (Ibid., p.17-8).

Já na França, Hocke considera como marco inicial do diarismo os *Ensaaios*, de Montaigne, com sua proposta de ter como matéria principal da obra ele mesmo. Seria essa provocação, somada a um prazer de escrever, o que faria surgir os primeiros cadernos e cadernetas de anotações privadas entre os franceses². Essa onda será interrompida ainda em seu começo, com o fortalecimento do Absolutismo e a noção de que qualquer exercício de interioridade e subjetividade, em um mundo ordenado em torno de Deus e do Rei, seria encarado como uma ameaça de rebeldia contra o poder estabelecido. Somente no século XVIII, com o

² Luis Costa Lima ressalta, em *Limites da voz*, que Montaigne tinha como objetivo primeiro dos *Essais*, enaltecer a figura de seu amigo morto, Étienne de La Boétie. Em sua proposta de eternizar o retrato do amigo, a única coisa que se apresentava possível era esboçar um auto-retrato em que “pranteia” o amigo ausente. Se a tradição assegurava a perpetuação do homem através do monumento - a pedra, o mármore ou o cálamo -, na modernidade, os sobreviventes à morte do próximo é que continham em si a lembrança e a perpetuação do ausente pelos efeitos causados pela própria ausência. Para Costa Lima, “os *Essais* se põem no ponto zero entre os antigos e os modernos. Aqueles recebem uma outra inflexão; estes ainda não sabem reconhecê-la. O indivíduo ocupa o lugar antes preenchido pela individualidade. A história de uma vida já não precisa se apoiar em feitos heroicos; pode-se contentar com as próprias *chimères et monstres fantastiques*.” (LIMA 1993, 30-1).

Iluminismo, o sujeito retornará à cena central. Para Hocke, as escritas pessoais sofrerão um processo de “descristianização”, ou seja, sua função de auto-exame e de confissão, visando impedir o solipsismo, será finalmente substituída por uma apoteose do eu:

Le rationalisme des Lumières se confronta au solipsisme romantique: plus de dogme, plus de pêché, le moi s'affirmait dans sa spécificité absolue. La Révolution française, la Déclaration des droits de l'homme avaient amené un bouleversement radical de la conscience de soi, qui pénétra largement les masses. L'individualisme sentimental du romantisme finit par imprégner tout l'Occident. Il n'est pas sans intérêt, dans ce contexte européen, d'observer que l'auteur du premier journal important de la littérature française, Benjamin Constant, fréquentait des cercles influents de l'Allemagne intellectuelle. (Ibid., p.19)

Na Espanha, há o diário de Inácio de Loyola, que apresenta ao mesmo tempo a religiosidade e a subjetividade dos tempos modernos. Entretanto, ele encararia seu diário como um diálogo com Deus, chegando mesmo a colocá-lo no altar para que Deus reorientasse sua escritura (durante a missa, pedindo uma iluminação para o diário). Em resumo, “não passava de uma forma de incitação a uma autocrítica vigilante, de acordo com a linha mística do *Siglo de oro*”. (Ibid., p.21).

O grande acontecimento, dentro dessa perspectiva histórica do diário na Europa, feita por Heyden-Rynsch com base em Gustav Hocke, é a entrada em cena dos escritos femininos. Sobre os diários das mulheres, afirma terem representado uma possibilidade de elas se expressarem por escrito sem correr, contudo, o risco de um confronto público (ou com seus maridos), além de situar o diário como uma escapatória literária, ao lado das correspondências. Nessa produção existe a emoção, mas também a urgência, a escolha deliberada de um refúgio que se impõe, na falta de um outro meio permitido de se encontrar e de se dizer através da escritura. O refúgio, contudo, não seria o espaço exclusivo do eu. Haveria, nos diários femininos, uma presença que a autora considera um paradoxo:

Un paradoxe est au cœur des journaux féminins: même les plus intimes d'entre eux sont placés sous le signe de l'altérité. Pendant longtemps, le thème principal et fondateur de la plupart de ces journaux n'a pas été le moi mais le toi, même s'il était sans cesse battu en brèche. Cet effacement de soi-même au profit de l'autre a laissé des témoignages saisissants: les journaux pleins de tendresse de Dorothy Wordsworth et de Mme de Lamartine, sans compter ceux de Sophie

Tolstoï ou d'Anna Dostoïevski. A la même époque, le journal intime pouvait prendre une forme plus créative. Pour certaines femmes, écrire était un moyen de se trouver et de se réaliser. (Ibid., p.24)

Os diários de mulheres comportariam um senso acurado de observação do meio social e familiar, mas ainda recalcitrante em termos de confissões e segredos. O erotismo é ainda um tema inexistente nessa fase da escrita diarística feminina. Cita como exemplos, na Alemanha, o diário da baronesa de Spitzenberg (1843-1914), que faz em seu diário uma espécie de diagnóstico da decadência da época, da fragilidade dos tempos e o de Margarethe Elisabeth Milow (1748-1794), uma esposa burguesa para quem o registro diário, durante trinta anos, visava relatar a vida da família: seus oito filhos e marido. Heyden-Rynsch afirma, por fim, ser o diário um fenômeno tipicamente europeu, por conta do percurso histórico da individualidade e da subjetividade nesse continente. Certamente referindo-se às linhagens anglo-saxônica e francesa do diário, a autora deixa de fora uma peculiar produção textual das damas de corte do Japão, ao longo do século X, além de outras ascendências da escrita autobiográfica, mais recentemente estudadas, como é o exemplo da produção autobiográfica árabe exposta pelo estudo de Brustad & Reynolds, *Interpreting the self: Autobiography in the Arabic Literary Tradition*. Heyden-Rynsch pode ter se apoiado no estudo fundador de Gusdorf em que o crítico afirma

It would seem that autobiography is not to be found outside our cultural area; one would say that it expresses a concern peculiar to Western man, a concern that has been of good use in systematic conquest of the universe and that he has communicated to men of other cultures; but those men will thereby have been annexed by a sort of intellectual colonizing to a mentality that was not their own (...).

The concern, which seems so natural to us, to turn back on one's own past, to recollect one's life in order to narrate it, is not at all universal. It asserts itself only in recent centuries and only in a small part of the map of the world. (Gusdorf apud Brustad & Reynolds, 2001, p.17)

Em “A escrita de si”, Foucault retraça o percurso de algumas práticas textuais que podem ser relacionadas com o que hoje entendemos como escrita pessoal. Segundo ele, as escritas de si têm sua origem na cultura greco-romana e permanecem presentes durante a Idade Média, sob a forma de anotações monásticas, cuja função era a de exercitar a reflexão e o auto-exame através do registro cotidiano de atos e pensamentos. Embora ainda despojadas da presença

do sujeito, tal como é compreendido atualmente, as anotações continham informações preciosas das movimentações dos indivíduos. Os registros diários (ou regulares) funcionavam quase como um processo de construção do sujeito (individual e coletivo) ali ainda não conceituado. O que esse material representava era uma espécie de memória concreta do vivido, do lido, do ouvido e do pensado – um certo tesouro valioso a ser recuperado mais adiante na vida do indivíduo.

Foucault relembra uma importante prescrição religiosa, em “Vida de Antonio”, de Santo Atanásio: a anotação diária das ações e pensamentos como um fator essencial para a vida ascética. Escrever não um texto secreto, privado, mas íntimo porque sobre cada indivíduo. Esse texto, como um interlocutor, comportaria todas as revelações, sem, contudo, operar como um instrumento de expurgo das faltas cometidas. Ao contrário, o texto e a prática dessa escrita estariam para o sujeito como um par de olhos, pelos quais o sujeito estaria sempre sendo observado. “Uma pessoa se priva de fornicar diante das outras”, prega Atanásio, e assim, não se escreve aquilo que não se teria coragem de fazer em público. Essa vigilância constante serviria como freio para ações pecaminosas. O texto e sua prática estariam, então, a serviço daquilo que Foucault chamou de *ethopoietique*, ou seja, um “operador da transformação da verdade em *éthos*” (FOUCAULT 1983, 6). Para refletir sobre essa *ethopoietique*, Foucault recorre a duas práticas de escritura comuns nos dois primeiros séculos depois de Cristo: os *hypomnematas* e as correspondências.

Em um sentido mais técnico, podem ser encaixados sob a denominação de *hypomnematas* os livros de contas, os registros públicos e as cadernetas individuais, cuja função essencial vinha a ser o de guarda-memória. Neles eram também registrados citações de leituras e ou discursos, exemplos e ações testemunhados ou lidos, reflexões próprias ou de outros. Eram, enfim, uma prótese mnemônica, uma memória material, cuja maior importância estava no fato de poder ser acessado, posteriormente e facilmente, em um exercício de aperfeiçoamento do sujeito. Entretanto, Foucault ressalta ser necessário não ver os *hypomnematas* somente como repositórios da memória caso uma possível perda

da razão ocorresse³, trata-se de “um instrumento de consulta frequente, para ler, reler, meditar, entreter-se consigo mesmo e com os outros.” (Ibid., p.7). Como os modernos *pendrives* ou *flashdisks*, os *hypomnematas* eram dispositivos materiais e portáteis, para se ter sempre a mão. Seu acesso era tanto para leitura pessoal quanto pública. Nisso se diferenciam da imagem do diário, cuja aura de interdição há muito prevalece. Apesar de apontar para a diferença essencial entre diários e *hypomnematas*, o texto de Foucault ainda é bastante utilizado como prova da origem da escrita diarística anterior ao que se comumente imagina. Para Foucault,

Ainda que sejam pessoais, os *hypomnematas* não devem ser entendidos como sendo diários íntimos, ou como narrativas de experiências espirituais (tentações, lutas, fracassos e vitórias) que podem ser encontrados na literatura cristã posterior. Eles não constituem uma « narrativa de si »; eles não têm como objetivo fazer vir à luz do dia os *arcana conscientiae* cuja confissão – oral ou escrita – tem valor purificador. O movimento que eles buscam efetuar é inverso: trata-se não de perseguir o indizível, não de revelar o oculto, não de dizer o não-dito, mas de captar, ao contrário, o já-dito; reunir o que foi ouvido ou lido, e isso para um fim que não é nada menos do que a constituição de si. (Ibid., p. 8)

Apesar de Foucault não considerá-los como “narrativas de si”, os *hypomnematas* estariam, porém, bem próximos, em termos de finalidade, com os diários a partir do que é proposto nessa pesquisa, ou seja, o texto diarístico como processo de constituição do sujeito ou de sua identidade. A manutenção deles e, acima de tudo, seu fácil e imediato acesso encontraria sua razão de ser em sua utilização prática, na vida social ou mesmo no exercício individual de autoconhecimento. A diferença entre os dois tipos de texto parece ser o enfoque principal que, no caso dos diários, teria o olhar voltado sobre si, sobre como vê o mundo e como reage aos eventos da vida. Nos *hypomnematas*, por outro lado, contariam principalmente as incursões do sujeito em novos saberes, através de leituras, de conversas, de um aprendizado prático e concreto da uma conduta moral e ética. Foucault prossegue em sua análise dos *hypomnematas*, dentro de uma perspectiva bastante clara em seu texto que é a de um olhar sobre as formas de “governo de si e dos outros” ou as “artes de si-mesmo”, na cultura greco-romana nos dois primeiros séculos do Império.

³ A perda da razão ou da memória remete ao caso dos pacientes de Alzheimer, a quem é “prescrita” a manutenção de diários como instrumentos clínicos. Ver *van Dijck*, José. *Mediated Memories – In the digital ages*. Stanford: Stanford University Press, 2007.)

Rousseau: escrita autobiográfica e singularidade do sujeito

Ainda em busca do marco zero da escrita pessoal, Philippe Lejeune, em *L'Autobiographie en France* e em *O pacto autobiográfico* situa o surgimento da autobiografia, forma mais exemplar da escrita do eu, em meados do Século XVIII, como um fenômeno radicalmente novo na história da civilização. O surgimento da autobiografia estaria apontando para a transformação da noção de pessoa – como reflexo da emergência de uma civilização industrial e a chegada da burguesia ao poder. Embora a existência de práticas de uma escrita auto-referencial possa ser encontrada em diversas épocas, é somente a partir do século XVIII que tal escrita inicia sua instauração na ordem do literário. Lejeune considera as *Confissões*, de Jean-Jacques Rousseau, como o marco inicial de uma linhagem de textos autobiográficos. A forte presença da noção de indivíduo e de singularidade, como elementos estruturantes e essenciais ao texto, reflete uma mudança de paradigmas que marca a história da humanidade: o surgimento do conceito de sujeito (neste caso, um sujeito cartesiano que fundamenta o conhecimento do mundo) e a consciência de sua singularidade (contribuição dada pelo próprio Rousseau). Esses dois aspectos aparecem claramente no preâmbulo das *Confissões*:

Je forme une entreprise qui n'eut jamais d'exemple et dont l'exécution n'aura point d'imitateur. Je veux montrer à mes semblables un homme dans toute la vérité de la nature; et cet homme sera moi.

Moi seul. Je sens mon coeur et je connais les hommes. Je ne suis fait comme aucun de ceux que j'ai vus; j'ose croire n'être fait comme aucun de ceux qui existent. Si je ne vaux pas mieux, au moins je suis autre. Si la nature a bien ou mal fait de briser le moule dans lequel elle m'a jeté, c'est ce dont on ne peut juger qu'après m'avoir lu. (ROUSSEAU 1971, 31).

Em poucas linhas, Rousseau oferece as bases do que se tornará a escrita autobiográfica. Entre alguns dos pressupostos para que ela exista, nesse preâmbulo deve ser destacada a intenção ou promessa de mostrar-se por inteiro, sem disfarces e em toda a sua verdade – ainda que para isso tenha que expor suas faltas, suas fraquezas e transgressões mais íntimas até então mantidas em sigilo. É sobretudo na afirmação da diferença e de sua singularidade, que Rousseau rompe com uma convenção anterior que não vislumbrava a noção de individualidade. Eleger a diferença como força motriz e motivadora de sua

narrativa é também incitar no leitor sua curiosidade congênita em vislumbrar a intimidade e a nudez do outro.

Em Rousseau, a singularidade do sujeito é a mensagem que perpassa os doze livros das *Confissões*. Ler o outro, como exercício de autoconhecimento, é um exercício de fundamentação do sujeito, através da leitura. Escrever sobre si para um sujeito leitor é admitir que há e poderá haver sempre um conflito entre o sentimento interior do sujeito e a ideia que dele é feita através do olhar do outro. Esse julgamento inevitável é, de certa forma, antecipado e moldado por Rousseau em função de sua apresentação pelo escrito autobiográfico em que se constituem suas confissões. A defesa maior de Rousseau será fazer com que o leitor se convença de sua ausência de culpa, o que acontecerá através do seu desnudamento – tanto de suas virtudes quanto (e principalmente) de seus vícios –, efetivado nas *Confissões*. O leitor não só será o depositário de suas alegrias e desventuras, mas será o responsável por reconstruir o *eu* veraz de Rousseau, como prova de êxito em sua tarefa confessional. Além de ensaiar essa busca de uma redenção concedida pelos depositários de suas histórias trágicas ou sórdidas, Rousseau também se oferecerá como uma peça de comparação para o estudo dos homens, constituindo-se assim um paradoxo por se afirmar diferente dentre os homens e, ao mesmo tempo, como medida para a compreensão das ações humanas. Confrontar-se com outros homens é para ele um meio de autoconhecer-se, firmando a escrita autobiográfica como um domínio no qual a consciência social e individual se suplementam.

Em *Papel-máquina*, Derrida sugere que o objetivo das confissões de Rousseau não é fundamentado na necessidade de confessar uma falta e esperar pelo perdão. A postura de Rousseau é mais iconoclasta, nesse sentido (vai além daquela que pressupõem as confissões). Ele consegue fazer com que, ao narrar seus erros, seja promovido a um estágio acima daquele no qual se encontra. É através das confissões do roubo, do onanismo e exibicionismo, dos desejos masoquistas e das mentiras que Rousseau reforça sua singularidade – o perdão do outro não chega a ser o objetivo de seus escritos. Ao contrário de Santo Agostinho, suas confissões são dirigidas aos homens, aqueles que serão capazes de apreender as mensagens ali contidas. Não o Deus, ao qual se deva explicações

ou expiações de faltas. Rousseau oferece um retrato nu e cru (ao menos em sua intenção) do homem que – segundo seu conceito de bom-selvagem – nasceu puro mas foi aos poucos sendo corrompido pelas vicissitudes da vida, pelos vícios dos homens e pelos interesses da sociedade. Utilizando-se de uma certa máscara de sujeito romanesco, Rousseau utiliza também sua técnica de instauração de um efeito de verdade no texto: é esse efeito de verdade que impõe o pacto de leitura das confissões e que tem servido de fonte principal para a reconstrução da biografia do pensador. Não se verificam até que ponto as informações por ele fornecidas são acuradas ou se os perfis moral e ou psicológico dos personagens de suas confissões podem ser confiáveis ou não. O balanço positivo dessa empresa é, sem dúvida, a instauração de um diálogo entre um sujeito que escreve sobre si e um sujeito que lê, admitindo como verdadeiras e sinceras as explicações e confidências contidas no texto.

Em um texto que introduz a primeira edição espanhola do preâmbulo de *Confissões* que ficou conhecido como o manuscrito de Neufchâtel, Phillipe Lejeune explora, sob o título de “A revolução autobiográfica” (LEJEUNE 2005, 209-214), um paradoxo e um desafio contidos no projeto de Rousseau. O primeiro, o paradoxo, diz respeito à ênfase dada por Rousseau à sua singularidade e sua diferença em relação aos outros homens, quando, ao mesmo tempo, clama ser deles um representante. Em seguida, explica como se dá o desafio lançado contra Deus e contra os homens. Ao utilizar o termo “confissões”, remete ao valor semântico da palavra, vinculado a uma prática religiosa católica. Em seu projeto, contudo, o deslocamento da figura divina, símbolo de uma autoridade máxima, é o que caracteriza sua irreverência. Subvertendo o cenário habitual do Juízo Final, como diz Lejeune, Rousseau coloca Deus não como juiz supremo, mas como testemunha da veracidade do narrado. Aos homens, as *Confissões* representam o desafio de lê-las e não poder julgar os atos daquele que os confessa. Rousseau monta uma armadilha na qual o leitor se identificará com o lado obscuro, pecador e sórdido, ao mesmo tempo em que se sente atraído pelas revelações e purgado de seus próprios pecados pela exposição pública de um outro, que não ele próprio.

O autor do artigo segue conjecturando sobre a antecipação, pelo público leitor, do texto final de *Confissões*, a partir da leitura do preâmbulo, divulgado

antes da publicação da obra. A leitura constituiu-se em uma espécie de “ameaça de verdade”, muito mais do que um discurso veraz. Somente com a publicação dos seis primeiros volumes das *Confissões* é que o leitor pôde comparar, avaliar e julgar por si mesmo a eficácia do projeto de Rousseau. A expectativa da revelação da verdade sobre um indivíduo, por ele mesmo, preparou o terreno para a formação do leitor da autobiografia, no que diz respeito à curiosidade sobre a intimidade alheia que move a produção e recepção deste tipo de narrativa.

No preâmbulo que acompanha a obra publicada, Rousseau deixa claro que seu ato de confissão não tem como juiz supremo Deus. Não é a autoridade divina que decidirá sobre sua conduta ter sido boa ou má, ela será apenas testemunha de que o dito, o confessado, é de fato verdade e, portanto, a validade do projeto confessional estará garantida. Esse deslocamento da autoridade divina para o julgamento do próprio sujeito acerca de seus atos – ou sua intenção de exibir publicamente suas faltas – marca uma transição bastante emblemática entre paradigmas distintos. O fundamento do conhecimento – como conceito que abrange aquele julgamento ao qual Rousseau se coloca no projeto das *Confissões* –, tendo sido Deus até um determinado ponto na História, é em Rousseau o homem individualizado, racional, o ser pensante que dá sentido àquilo que está ao seu redor.

Essa ênfase no homem, através do deslocamento da figura divina para fora do cenário do juízo final, fica mais clara no preâmbulo que não foi publicado à época. Nele, Deus encontra-se ausente e o cenário mesmo de juízo final não se concretiza. Aqui, é o diálogo entre os homens aquilo que coloca em evidência essa prestação de contas com as ações do passado e as consequências sentidas no presente. Rousseau não se perde em argumentações visando o convencimento. Ele, segundo Lejeune, demonstra e tenta convencer o leitor sobre a legitimidade de seu ato e sua natureza revolucionária.

Os diários e as medidas da alma humana

Na busca das origens da escrita diarística na França, ou ainda, em uma tentativa de mapear o nascimento do diário íntimo naquele país, Pierre Pachet atribuiu aos diários o epíteto de “barômetros da alma”. Sua proposta é percorrer as

primeiras explorações do “eu” na escrita quotidiana do diário e permitir uma observação “quase meteorológica” dos estados da alma do diarista. É interessante a aproximação dos movimentos da alma com as inconstâncias do tempo (em seus dois sentidos!). Mais pertinente ainda é conferir ao diário íntimo a função de instrumento de medição dessa variação constante. Pachet busca nos diários que analisa uma boa definição para o gênero:

Qual é, pois, minha definição? Eu poderia pegá-la de empréstimo a Charles Du Bos, cujo próprio diário está repleto de reflexões sobre a definição do gênero e de citações maravilhosamente bem extraídas de obras de seus célebres predecessores. Dessa forma, quando lê a edição inglesa do *Diário de juventude*, de Tolstoi, 1847-1852: « A leitura que me interessou intensamente – eu diria simplesmente por causa de sua monotonia mesmo, porque se toca naquilo que é em sua essência o Diário como instrumento de aperfeiçoamento moral e não visando a nada além disso (...). » (PACHET 2001, 11).

Instrumento de aperfeiçoamento moral, tal função ou definição remete às origens cristãs do diarismo, mas não esgotando, em absoluto, na prática religiosa, suas possibilidades funcionais. Entretanto, são as palavras de Pachet que definem, sob essa perspectiva, os caminhos desse instrumento de aperfeiçoamento moral: “Pode-se considerar que o diário íntimo é uma espécie de etapa ulterior sobre a via da privatização, e da laicização, do trabalho espiritual de si.” (Ibid., p.17). E seria através dessa “privatização” e dessa “laicização” do auto-exame ou do auto-escrutínio que o diário firmaria seu terreno nos países protestantes. Posteriormente, mesmo em sociedades protestantes como a anglo-saxônica, o diário deixará de lado sua função exclusiva de prestação de contas espiritual para servir como um exercício mais amplo de balanço contábil, moral, ético, cívico e profissional e, acima de tudo, como um organizador do tempo.

A difícil tarefa da definição do que seria um diário encontra-se, em *Private Chronicles*, de Robert Fothergill, dentro de uma moldura bastante maleável e permissiva. Sob o pretexto de escolher uma definição coerente dentro de seu estudo sobre os diários ingleses, assim procede:

“Diário” significa o que você pensar que ele significa; (...) O problema com os esforços em defini-lo é que o formato “Pepsyano” – que eu suspeito estar na maior parte da norma inconsciente das pessoas – está constantemente deslizando para todos os lados dentro de seu grupo de formas semelhantes. Circundando o diário, em vários pontos da bússola, encontram-se meditações, cartas, compilação de anedotas, ensaios ocasionais, rascunhos, crônicas históricas, livros comunitários, e muitos outros exemplos de escritas mais ou menos privadas. (...) Em geral,

concorda-se que um diário é aquilo que uma pessoa escreve quando ela diz, “Eu estou escrevendo meu diário” (FOTHERGILL 1974, 3).

Para estreitar um pouco as fronteiras desse extenso território chamado de diário, Fothergill utiliza um princípio de seleção em seu estudo: ocupa-se dos “diários pessoais”, ou seja, daqueles diários “cujo tema principal é a vida do diarista, valorizado pelo seu próprio mérito” (Ibid., p. 3). Estão de fora todos aqueles cuja função seja descrever um processo criativo, no caso dos escritores, ou uma vivência enquanto pessoa pública, no caso de políticos e estadistas.

Embora exista uma diferença fundamental entre a linhagem de diários anglo-saxões e a de diários franceses, pelo menos no que diz respeito à amplitude da definição do gênero as duas concordam. Allan Girard, em seu estudo pioneiro na França, *Le Journal Intime*, publicado em 1963, pretende demonstrar o quão particular é a escrita diarística através da enumeração de algumas características exteriores (formais) bastante precisas. O primeiro traço seria sua escrita “au jour le jour”, uma escrita diária, sempre fragmentária, que, aos poucos vai compondo uma unidade – porém, uma unidade jamais acabada, sempre “em composição”. Esse traço distingue os diários das obras literárias às quais Girard atribui um trabalho de “composição” inexistente nos primeiros:

Quaisquer que sejam as intenções que presidam à sua redação, um diário não obedece a nenhuma regra imposta. Seu autor está livre para incluir o que ele quiser, na ordem que desejar, e mesmo sem ordem alguma. A extensão de seu propósito depende do acontecimento, exterior ou pessoal, que ele pôde observar, ou desejar reter como significativo na véspera ou no próprio dia. Ele não se coloca nenhuma das questões necessárias à elaboração de uma obra. (GIRARD 1986, 3).

Uma segunda característica precisa seria a presença do que chama “autor”. Para Girard, o diarista é o centro de observação do cotidiano e o ponto de convergência daquilo que vê e ouve. Presente ou ausente, o diarista não se dissimularia sob um disfarce, pois o pronome “eu” apontaria para esse centro gravitacional que impulsiona a escrita diarística. Girard certamente não levava em consideração as possibilidades de dissimulações que viriam a surgir (e também aquelas já existente na história das escritas pessoais) em que o pronome “eu” poderia ser uma forma vazia – tão vazia quanto o “tu” ou o destinatário virtual de alguns escritos diarístico e epistolares. Quanto às características que atribuiriam um valor de intimidade ao diário, Girard reforça a presença da subjetividade do diarista permeando suas observações de fatos e pessoas. Ainda que seu texto faça

um balanço do que se dá à sua volta, os fatos afetam-no em diferentes graus e é essa relação a que predomina. A destinação do diário também é tópico pertinente e explícito na caracterização do gênero. Girard entende que o diário, texto autodestinado, seja uma atividade privada e que não comporta um desejo de comunicação com o outro. Apesar de sua privacidade e reserva, os diários alcançam um público leitor, a partir do século XX – o que não impede que os textos já existentes percam sua característica de intimidade, uma vez que no cerne de sua realização a eventualidade da publicação não era sequer vislumbrada. Com a propagação de diários publicados, a natureza de obra póstuma vem a ser subvertida, operando uma mudança radical de perspectiva, nas palavras de Girard.

Como característica externa mais controvertida, Girard escolhe a natureza íntima da escrita diarística:

A ênfase é posta pelo autor sobre sua própria pessoa. Mesmo se ele evoca eventos exteriores, mesmo se ele se anima a propósito do encontro de uma outra pessoa, ou de uma conversa, ou de toda circunstância que põe em evidência o outro, não é o evento, nem o outro, neles mesmos, quem interessa ao redator, mas somente sua ressonância, ou ainda, sua refração em sua consciência. Nem os outros, nem a sociedade, nem o mundo têm para ele existência própria. O objeto não tem realidade enquanto tal. Não é mais do que uma ocasião que desperta o sujeito para a vida. Dito de outra forma, a interioridade é ali dominante (...). (Ibid., p.4)

Essa característica, bastante questionável, é, porém, extensamente explorada por Girard na análise do *corpus* de seu estudo, que compreende uma seleção do que chama de “diários íntimos representativos”, dentre os quais o de Maine de Biran, Joubert, Benjamin Constant, Stendhal, Maurice de Guérin, Vigny, Delacroix e Amiel. Os desdobramentos dos estudos sobre diarismo demonstrarão que a relação do sujeito com o mundo exterior não seria tão ingênua como pensa Girard. Quando os elementos externos à vida do sujeito o “despertam para a vida”, estão na verdade operando a constituição de sua identidade e a forma como o sujeito entende sua subjetividade e com ela se relaciona. Portanto, dizer que “nem os outros, nem a sociedade, nem o mundo” têm existência própria fora da consciência do sujeito é sobrecarregar uma noção de identidade cartesiana – o sujeito como fundamento do conhecimento - que já não se mostra eficaz para entender as relações da escrita diarística com o sujeito e a importância de uma atividade reflexiva e relacional na construção das narrativas pessoais. Por fim, Girard menciona a extensão temporal da escrita diarística como característica

importante, ainda que de difícil apreensão. O período de tempo que os registros representam pode ser de um mês ou uma vida, mas o que importa para Girard é que a continuidade da redação explicita a introspecção como uma dominante do autor e da prática.

O diarista, obedecendo apenas ao seu próprio capricho, seguiria uma única ordem, aquela da cronologia. Seu olhar seria o ponto de observação do mundo e das coisas, e o registro de suas impressões em diário não obedeceria a regras estéticas, uma vez que não se pretenderia como obra. Ainda assim, apesar da ausência de linhas reguladoras, “o diário se tornou um gênero” (Ibid., p. IX). Para Girard, o diário, para além de um novo gênero literário, é também um fato de civilização, pois encontra-se indissociável das circunstâncias de tempo e de lugar onde se originou e desenvolveu. Sua inclinação para ver o diário para além de um objeto de estudo literário se explica pelo fato de que seu exame representa mais uma investigação antropológica da prática da escrita diarística do que uma abordagem propriamente dita literária, embora seu *corpus* seja composto predominantemente de diários inscritos no âmbito da literatura francesa do romantismo.

Um pouco antes de Girard, Michèle Leleu já havia ensaiado uma definição do diário em seu estudo *Les Journaux Intimes*, de 1952. Inserido no campo de investigação caracterológica, seu estudo propõe a análise do diário como uma expressão reveladora do caráter de seu autor:

Encontra-se um começo de definição na denominação mesma do diário íntimo, posto que ela abarca os dois elementos constitutivos do gênero. Um diário: deve estar inserido no tempo, em que ele tenha sido mantido, se não diariamente – *nulla dies sine linea* – ao menos bem regularmente. Ainda, um diário íntimo: ele deverá, portanto, nos fazer penetrar na intimidade de seu autor, que o escreve para si-mesmo e que nele descreve sua personalidade, revela as tendências, as reações, os sentimentos que lhe são próprios. (LELEU 1952, 4-5).

Recorrendo a Amiel, em cujo diário diz existirem três esferas concêntricas da vida subjetiva: os fatos e atos, as ideias e os sentimentos (os *acta*, *cogitata*, *sentita*), Leleu propõe três tipos de diários:

- Os diários históricos, produzidos na esfera dos fatos e atos, na *acta*;
- Os diários documentais (*journaux documentaires*), produzidos no âmbito das ideias, reflexões, etc., na *cogitata*;

- Os diários pessoais, ou diários íntimos, e os diários espirituais nos quais o autor recolhe seus sentimentos, os *sentita*.

Leleu reconhece, contudo, que sua classificação pode ser aplicada estritamente no plano teórico, pois, no contato direto com os diários, o que se observa é uma convergência de dois ou mais tipos. O mais frequente seria o diário que compreende tanto as anotações referentes aos fatos e atos, as *acta*, embora dentro de uma moldura que explicita suas repercussões sobre o autor (gerando a outra esfera, a das ideias e dos sentimentos, as *cogitata*), quanto as anotações mais pessoais, que lidam com os sentimentos e desafios espirituais, os *sentita*. Para Leleu, o que vem a diferenciar o diário é que em seu domínio não existem leis prescritivas e que

a fantasia pode se dar livre curso tanto em relação aos temas quanto em relação ao desenvolvimento que se pretende dar (ao diário). Em matéria de diário íntimo, a única norma parece ser a de não haver outras regras senão as que o autor pode ou quer se impor. (Ibid., p.7).

Para Georges Gusdorf, o diário também estaria para além de uma prática de escrita ordinária com ou sem pretensões literárias. Em vez de servir como veículo de exposição da verdade, prestar-se-ia a medir a “gênese dos sentidos” (GUSDORF 1991, 149). Os vestígios da gênese dos sentidos seriam as entradas, todas marcando a fragmentação da prática da escrita e também a fragmentação das histórias de vida. O diário, no âmbito do processo de sedimentação de fragmentos, seria, para Gusdorf, “o resultado de uma lenta progressão da consciência individual, que toma conhecimento de sua autonomia e se constitui um domínio próprio, no seio do devir global dos fatos correntes.” (Ibid., p.150).

Será com base em uma regularidade temporal que Béatrice Didier tentará delimitar aquilo que compreende como sendo um diário, em função de seu estudo crítico-sociológico sobre a prática na França. Reconhecendo a dificuldade na tarefa de definir o diário, opta por identificá-lo pelo que ele não é, em contraste com a autobiografia e com as memórias. Didier considera importante distinguir as diferentes relações entre o momento de produção textual e a temporalidade do evento registrado. Autobiografias e memórias lidam com fatos acontecidos em um passado mais remoto, enquanto que diários estariam, em princípio, lidando com eventos bastante próximos temporalmente do momento da escritura. Sua definição

através do que o diário “não é” traz problemas evidentes: o diário pode ser escrito com uma regularidade quotidiana, ou semanal, ou, até, tão esporádica que o diarista abdica da utilização de datas para introduzir as entradas. Essa irregularidade, contudo, enfraquece a tentativa de definição do diário, por Didier, com base na distância entre escritura e evento narrado. Para sair do impasse, Didier reconhece a fragilidade de seu argumento, mas explicita a razão de ter escolhido esse caminho ao admitir que “o mecanismo de escritura é fundamentalmente diferente nos dois casos. O diário pertence ao modo do descontínuo” (DIDIER, *Le journal intime* 2002, 9). Autobiografias e memórias empreenderiam, segundo a autora, uma reorganização do passado, conferindo à narrativa uma organicidade que respeitaria a um critério causal. Diários, pela sua fragmentação e descontinuidade, estariam mais à mercê das contingências da vida e da história. E essa imprevisibilidade se imprime no discurso diarístico, fazendo de cada registro do diário uma totalidade em si mesmo.

A necessidade de definição não parece ser um problema para Philippe Lejeune, que acredita que escrever um diário não requer uma receita complicada, com ingredientes raros e operações complexas. De posse de uma folha de papel, ou de uma tela de computador, coloca-se a data, escreve-se o que se fez, o que sente, o que pensa, resumindo assim os passos iniciais e essenciais para a manutenção de um diário. Concorde que essa escrita não tem nenhuma imposição formal nem conteúdo obrigatório. Embora tido como uma forma narrativa sem características formais precisas e rígidas, o diário pode, contudo, ser reconhecido por alguns traços recorrentes. Lejeune aponta alguns deles. Segundo ele, o diário é descontínuo, lacunar, alusivo, redundante (repetitivo) e não narrativo.

A característica alusiva do diário, segundo Lejeune, faz com que a escrita sirva como uma espécie de “sinal mnemônico”, que ativarão no diarista, no momento da leitura, a operação referencial pertinente. A um leitor que não detenha informação suficiente para compartilhar e decifrar esse sinal mnemônico, a leitura estará marcada por um hermetismo ou por uma compreensão equivocada daquilo a que o texto efetivamente se refere. Lejeune despreza a potencialidade do texto diarístico como um texto também passível de ter suas lacunas preenchidas pelo leitor, no ato da leitura. Ainda que pertencente a uma categoria textual cujo pacto de leitura não seja o mesmo existente na relação “texto ficcional-leitor”, o

texto diarístico (ou autobiográfico, em geral) não se furta de fornecer à leitura a possibilidade de comportar também uma construção de sentido a partir do não dito. No caso do diário, suas lacunas e imprecisões parecem convidar o leitor a tal exercício, como deixa claro Sergio Milliet, em seu *Diário Crítico*:

Agrada-me a leitura dos diários, muito embora não acredite demasiado na possibilidade de uma confissão que nos esclareça acerca da vida íntima do autor, nem da origem recôndita de suas obras. Mas, agrada-me essa leitura pelos "silêncios", por assim dizer, isto é, pelo que o autor apenas sugere em uma ou outra frase que escapou ao controle do consciente, ou que esboça, de um modo mais ou menos vago, um momento psicológico semelhante a um instante de nossa própria existência. Gosto dos diários pelos vazios que eu posso encher com a minha imaginação. E mais ainda porque neles nada me obriga a uma leitura metódica com seus cansaços, seus obstáculos, o sentimento de desperdício que nos infunde um mau trecho de romance ou ensaio. (MILLIET, 1981, p.133).

A redundância, ou repetição, seria um reflexo tanto de uma incapacidade de resumir e de isolar um dado evento ou tema dentro de uma moldura maior quanto um reflexo da vida, de cujo âmbito a escrita diarística traria a essência trágica, reencenando a experiência vivida que precisa ser esquecida ou expurgada. A escrita diarística é a arena onde se confrontam forças provenientes do desejo de revelação de algo, em tensão com o impulso de ocultar a verdade. Nesse espaço, produz-se uma dicção enviesada ao lado de um silêncio que é valioso por ser eloquente. O caráter não narrativo, por fim, remete à temporalidade da escrita, que trata do presente (quase) imediato – ainda que, em alguns casos, o diarista se preocupe em fornecer um panorama de sua vida anteriormente ao início da manutenção do diário – e ignora o porvir.

Lejeune também destaca o abismo existente entre “o diário tal qual o que é escrito e o diário tal qual lido (por outro, ou pelo diarista mesmo, posteriormente)” (LEJEUNE 2005, 66). No abismo entre o que foi escrito e o que é lido reside um hábito (ou vício?) de leitura que tenta encontrar na narrativa diarística um eixo teleológico que contraria fundamentalmente a natureza da escrita mesma. Será Lejeune novamente quem fornecerá uma resposta ao problema afirmando que o diário “é escrito na ignorância de seu fim, e o trágico é que ele é sempre lido com o conhecimento de seu fim, que pode, frequentemente, ser simplesmente a morte” (Ibid., p.67). O leitor pósterio do diário tem, embora pouca, alguma informação sobre o desfecho daquela narrativa: a morte, o engajamento em uma relação afetiva, a superação de uma doença grave ou a

desistência pura e simples, sem maiores explicações. Esse pouco conhecimento é, contudo, decisivo para instaurar um ponto de chegada para o eixo temporal que se inicia com a leitura do diário.

O conhecimento do fim trágico do diarista pode, em alguns casos, guiar os passos do editor ou do tutor dos originais em seu trajeto em direção a um público leitor mais amplo. Frequentemente, sua característica não narrativa é a primeira a ser alterada. Em seguida, em nome de uma clareza textual, redundâncias e repetições são sistematicamente eliminadas. As alusões são também vítimas de um esclarecimento que vem sob a forma de notas de rodapé ou elencadas em textos introdutórios ou suplementares das edições dos diários. As alterações e desfigurações pelas quais passam os diários no percurso entre leitura, revisão-edição e publicação podem parecer obra de outro, distante emocionalmente ou não do diário. Entretanto, em muitos casos, é o diarista mesmo que inicia o processo de depuração do texto original. As razões podem ser diversas, incluindo o desejo do diarista em preservar seus escritos como documento histórico da família, da comunidade ou de algum grupo identitário específico, até mesmo como uma forma de aparar as irregularidades e imperfeições de um texto inicialmente sem forma e sem pretensão literária.

Lejeune, sempre que instado a emitir sua opinião sobre assunto, esforça-se para deixar bem clara a existência de dois tipos de diários: aqueles a que se tem acesso ao texto original e aqueles a que se tem acesso somente à versão publicada. De maneira um tanto radical, afirma que um diário publicado não corresponde jamais à coisa real (somente em um pequeno sentido). Por considerar o diário uma prática, em oposição à noção de obra, o estudo do diário se aproximaria de um estudo geológico, por deixar ver em cada entrada, em cada caderno, as etapas, as camadas de vida e texto que compõem um bloco maior, unido não por uma atenção à relação causal ou às premissas de inteireza e unidade, mas unido pelo cimento que é o elemento permanente nas histórias relatadas: o sujeito, sua identidade em constante constituição, em um tempo fragmentado. O seu suporte, a escolha do instrumento da escrita, as marcas de incidentes durante a prática da escrita, como manchas de líquidos, por exemplo, ou ocorrências que tenham posto em risco a integridade do suporte material, tudo isso para Lejeune é convocado na hora da leitura casual e do exame minucioso de uma escrita íntima. Tanto quanto

as entradas do diário, esse conjunto de vestígios concorre para a compreensão da prática diarística, inserindo o diário em um contexto que pode, ou não, estar explícito em suas entradas, mas que auxilia essa leitura difícil das lacunas e entrelinhas do texto diarístico. A publicação, eliminando o contato entre o leitor e esse conjunto de traços ou vestígios, estaria produzindo um outro texto, uma outra história. Após a publicação, como sentenciava Lejeune, “il reste rien”.

Ao romper com uma tradição crítica que privilegiava diários publicados (leia-se: diários escritos por pessoas públicas, escritores e ou políticos, publicados e largamente divulgados), Lejeune inspira uma nova geração de pesquisadores do diarismo dentro e fora dos domínios da literatura. Um exemplo interessante é a pesquisa de Malik Allam, *Journaux Intimes: Une sociologie de l'écriture personnelle*, publicada em 1996, com prefácio do próprio Lejeune. A proposta de sua pesquisa, sob uma perspectiva sociológica, é a de responder a três questões que balizaram suas reflexões:

- Como se determina a escolha da prática de escrita pessoal sob a forma de diário?
- Quais formas de socialização podem ser operadas através da prática de escrita pessoal sob a forma de diário?
- Qual a dialética existente entre o diarista, seu diário, sua realidade social objetiva e subjetiva?

Para fugir do impasse comum aos estudos diarísticos, Allam opta pela não leitura dos diários mantidos pelos indivíduos entrevistados para sua pesquisa. Sua metodologia estaria centrada somente em entrevistas aos diaristas na busca de respostas para suas hipóteses de trabalho. Assim, a definição mesma do diário sofre uma alteração, visto que a partir desse ponto de vista, o diário deixa de ter importância enquanto texto, obra, ou o que quer que se queira imaginar como projeto de escritura cuja finalidade representasse um movimento em direção ao outro, mas como prática de socialização cujo resultado é, contudo, um texto. Allam tenta explicar a necessidade de definir o diário, mas reconhece o quão árdua é essa tarefa. Para sua pesquisa, decide-se por uma "definição de trabalho", em lugar de uma definição pretensamente geral e definitiva. Apesar das evoluções a que o diário íntimo esteve submetido ao longo dos anos (e também as diversas formas assumidas pelo diário em decorrência de sua função para o

diarista ou para seu destinatário), o nome "diário íntimo", ainda amplamente usado, segundo Allam deveria permanecer em voga visto que sua abertura semântica simbolizaria a abertura de uma prática que ele designa.

Dentro dessa tarefa de circunscrição conceitual, Allam considera importante definir também o que seria "íntimo" e "intimidade". Para ele, um texto anódino para nós poderia não ser para seu autor. Ou, ao contrário, um texto chocante para o leitor poderia não sê-lo para o autor. Assim, determina que o único meio de trabalhar a noção de intimidade (dentro do contexto de uma pesquisa sociológica), seria o de pensar que não há uma intimidade, mas representações sociais de intimidade próprias a cada classe ou grupo social. Dessa forma, imagina ter chegado a uma definição do diário que se prestou eficazmente à sua pesquisa: um suporte de uma prática de escrita pessoal. Chega, dessa forma, a uma definição de trabalho do diário íntimo e pessoal, que é a seguinte: um diário íntimo é um diário cujo conteúdo tem o caráter de intimidade e privacidade e/ou repositório de funções íntimas ou pessoais para seu diarista. Será considerado como tal todo diário: seja porque ele é nomeado diretamente por seu autor como diário íntimo ou diário pessoal, seja porque, durante as entrevistas para a pesquisa, o diarista utilize a denominação para se referir ao seu diário. A característica de intimidade ou o aspecto pessoal do diário depende da representação que o diarista dá a ela.

O caminho aberto também engendrou mais uma reflexão sobre o adjetivo "íntimo", tão controverso e tão aderido ao substantivo "diário". Michel Braud, para realizar seu mais importante estudo, *Les formes des jours – Pour une poétique du journal personnel*, busca, no conjunto canônico dos diários íntimos que analisa, uma definição para o gênero, porém dispensando o "íntimo" e se referindo aos diários como "pessoais". Braud explica que prefere

a denominação "diário pessoal", por lhe permitir integrar os textos cuja dominante temática não seja, ou não seja sempre, estritamente íntima (os diários literários, de viagem ou de guerra, por exemplo, e mais largamente todos os diários que constituam um testemunho), ainda que suas características formais sejam próximas ou idênticas. É nesse sentido mais amplo que se deverá entender o termo "diário" sem adjetivo utilizado a partir de agora, e cuja definição inicial seria:

"Evocação diária ou intermitente de eventos exteriores, de ações, de reflexões ou de sentimentos pessoais e comumente íntimos, dados como narrativas reais e apresentando uma trama da existência do diarista." (BRAUD 2006, 9).

Pensando sobre o diário e sua característica mais marcante, em outro continente e sob influências culturais e religiosas diversas daquelas que marcam

as produções diarísticas anglo-saxã e francesa, Gilberto Freyre parece iniciar uma reflexão acerca dos traços distintivos da linhagem brasileira dos diários íntimos. Não somente sob a forma de seu próprio “diário de adolescência e primeira mocidade”, cuja preparação para publicação é feita pelo próprio Freyre, mas também através da apresentação e prefácio de alguns outros escritos diarísticos, entre eles, o livro de assentos de Félix Cavalcanti, bisavô de um primo seu; o diário do engenheiro francês Louis Léger Vauthier, sobre sua viagem ao Recife no Século XIX; o *Diário de uma expedição*, de Euclides da Cunha; e o *Diário Íntimo*, de Lima Barreto. Sua simpatia por diários, frequentemente declarada em artigos e ensaios, representa uma contribuição que auxilia na compreensão do diário não apenas como o refúgio do sujeito, mas como um espaço de convívio com o outro, pois para Freyre

Um diário não é só o registro de sucessivos encontros – ou desencontros – de um indivíduo, alongado em pessoa, consigo mesmo. Envolve outros indivíduos. Outras pessoas. Instituições. Conflitos de indivíduo – ou de pessoa – com grupos, convenções, tendências do seu tempo e do seu meio sociais. Revoltas. Resistências a esse tempo e esse meio. Quixotismos. E também pancismos: acomodações, transigências, subordinações.

De onde nem sempre os seus registros serem de todo expressões de um indivíduo que se pudesse exhibir, além de se sentir, como um soberano – o soberano que desejaria ser – com relação ao seu meio e ao seu tempo. À sua família. A outras instituições. A outras convenções. (FREYRE, 2006, p.20).

Sua insinuação sobre a natureza relacional da subjetividade inscrita nos diários íntimos é inspiradora de uma maior reflexão sobre o tema. Certamente que não se pode arriscar afoitamente classificar os diários íntimos produzidos no Brasil dentro da moldura relacional somente. Há diários de escritores e estadistas que seguem o modelo europeu: os primeiros como espaço de experimentação da escrita, como exercício paralelo à produção de uma obra ficcional ou autobiográfica; os outros como repositórios de dados para uma futura obra memorialística. Entretanto, seria conveniente retrçar os caminhos pelos quais passou a produção diarística nacional e tentar localizar a influência contextual – religiosa, política, ideológica, etc. – detectável nos diários brasileiros, reveladora da diferença fundamental entre esta linhagem e as linhagens anglo-saxã e francesa no que diz respeito à inclusão da alteridade em sua composição, em vez de meros exercícios de balanço espiritual.

O esforço em definir o diário poderia estender-se e ramificar-se por páginas e mais páginas, sem que com isso fosse possível chegar pacificamente a um conjunto de traços definidores do gênero. Todavia, seria injusto alijar dessa tarefa uma tentativa mais recente nesse sentido. Françoise Simonet-Tenant, em seu estudo publicado em 2005, *Le journal intime, genre littéraire et écriture ordinaire*, resume a dificuldade da tarefa ao ensaiar o que chama de “uma definição minimalista para uma realidade proteiforme”:

Le journal se présente sous la forme d’un énoncé fragmenté qui épouse le dispositif du calendrier et qui est constitué d’une succession d’ « entrées » (une entrée désignant l’ensemble de lignes écrites sous une même date). S’y exprime un *je*, le plus souvent omniprésent, prisme qui réfracte actions, observations, pensées et sentiments. Le « je » qui s’énonce renvoie à une réalité extérieure au texte, et un « pacte référentiel » (Ph. Lejeune, *La Faute à Rousseau*, n° 35, fév.2004, p.26) surplombe tout journal. Le journal peut donc être défini comme « un système de traces qui rend visible notre sillage dans l’immensité de la vie », une série d’empreintes datées. (SIMONET-TENANT, 2005, p.20).

Se tal definição não chega a pôr um ponto final na questão, ela consegue, pelo menos, traduzir de maneira sensível uma prática textual de tão difícil definição: um sistema de traços que tornam visíveis nossa caminhada na grande imensidão da vida.

2.2 Coletivos e pessoais: as funções do diário

Diários, sejam eles íntimos ou não, são difíceis de serem reduzidos a um conjunto de normas estilísticas ou prescrições formais. Ainda assim, alguns estudiosos investiram seu tempo e energia em um levantamento das características recorrentes em diários, no âmbito formal e também no âmbito do repertório temático. Aparentemente, diários distinguem-se pela sua função, e ela, muito comumente, influencia nas escolhas conscientes ou nos resultados involuntários em relação à sua forma.

Uma primeira feição dessa prática de escrita resultou diretamente de sua função de ferramenta de aperfeiçoamento moral. Com a quebra de paradigma efetivada pela reforma protestante, tornou-se relevante a diferença essencial entre a confissão, na prática do catolicismo, e o auto-exame, no protestantismo. Esse decorria da ausência de um intermediário entre homem e Deus e, conseqüentemente, resultava em uma rotina de registros diários, nos quais se

contabilizavam pecados, virtudes, desejos e temores. Através desse balanço espiritual, atingia-se ou buscava-se atingir uma conduta condizente com a fé e os preceitos éticos e religiosos de uma dada comunidade. Do local onde floresceu essa função da escrita diarística, a Inglaterra, provém também a função do diário como ferramenta de uma prática contábil dos bens materiais e como instrumento de gerenciamento do tempo.

Viagens de férias, expedições, doenças, isolamento, entrada na adolescência, essas e muitas outras circunstâncias propiciam ou encorajam a manutenção de um diário. Das citadas, a entrada na adolescência tem sido profícua para o surgimento de uma escrita íntima que tem a função de interlocução ou, mais especificamente, exerce o papel de (uma escrita) confidente. O diálogo tão frequentemente impossível entre as gerações contribuiu para a existência de alguns diários extremamente importantes para o estudo do gênero. Dentre eles, o mais famoso, *O diário de Anne Frank*, pode ser considerado exemplar. Como sua importância ultrapassa a simples análise do diário como mediador entre o adolescente e sua concepção de maturidade, gostaria de transcrever o primeiro registro de Anne, no qual a jovem firma um pacto de confiança com o seu diário: “12 de Junho de 1942 - Espero poder contar tudo a você, como nunca pude contar a ninguém, e espero que você seja uma grande fonte de conforto e ajuda” (FRANK 2005, 11).

Em seguida, Anne relata como ganhou de presente de aniversário o caderno no qual inicia seu diário. Prossegue com registros sobre suas atividades domésticas, suas tarefas escolares até registrar uma reflexão sobre a prática mesma da escrita diarística:

Sábado, 20 de Junho de 1942.

Escrever um diário é uma experiência realmente estranha para alguém como eu. Não somente porque nunca escrevi nada antes, mas também porque acho que mais tarde ninguém se interessará, nem mesmo eu, pelos pensamentos de uma garota de treze anos. Bom, não importa. Tenho vontade de escrever, e tenho necessidade ainda maior de tirar todo tipo de coisas de dentro de meu peito. (Ibid.,16).

Ao reconhecer não ter um amigo, Anne descobre a função do seu diário: um interlocutor no qual pode confiar seus mais íntimos segredos e seus mais absurdos pensamentos. E esse amigo, ou melhor, amiga, tem até mesmo um nome, “Kitty”. Certamente, não fossem as circunstâncias em que escreveu e manteve seu diário -

e, mais importante ainda, a sobrevivência e a recuperação de seus escritos pela secretária de seu pai, Otto Frank -, o relato de Anne teria sido esquecido ou jamais lido pelos milhões de leitores no mundo inteiro, como veio a acontecer.

A perspectiva de diaristas que tenham escrito seus diários íntimos em tempos turbulentos não precisa ser necessariamente descartada pela historiografia por conta da imaturidade de quem escreveu os diários. Essa visão da história vista por baixo, já tão assimilada contemporaneamente, não requer nada além de uma disposição para relatar o que se vê, se ouve ou vive, independentemente de uma orientação ideológica ou de uma suposta maturidade proveniente da idade. Seu uso pela historiografia, de maneira competente e imparcial, é o que justifica sua inclusão no conjunto de fontes e documentos históricos – para além de suas especificidades e ou de sua dicção e perspectiva ingênuas.

Um exemplo contundente pode ser encontrado na seleção de diários de viagem de emigrantes britânicos, durante o século XIX, em direção à Austrália. Possibilidades ou promessas de riqueza e trabalho levaram milhares de cidadãos a suportar longas viagens marítimas para buscar prosperidade na ainda inóspita terra australiana. Para aqueles que podiam pagar, as cabines ofereciam conforto, limpeza, boa comida e entretenimento. Para os outros, mais numerosos e menos afortunados, repetiam-se cenas bem próximas àquelas que foram descritas dos navios negreiros: ambiente escuro, insalubre, parca alimentação e numerosas baixas, devido a doenças ou brigas. Homens, mulheres e crianças, solteiros e casados, todos os passageiros da terceira classe espremiavam-se no pequeno espaço da proa, onde tentavam escrever regularmente em seus diários, que seriam enviados para os parentes deixados em sua terra natal. Esse registro “diarístico-epistolar” dos passageiros de terceira classe vem lançar uma luz diferente sobre a história da colonização da Austrália e sobre as narrativas dos emigrantes, cuja voz prevalecente fora, até recentemente, a dos passageiros de primeira classe – emprestando ao fato uma aparência muito mais agradável e romântica do que a realidade dos passageiros da proa (Ver *Hassan, Andrew. No privacy for writing – Shipboard diaries 1852-1879*. Melbourne: MUP, 1995).

Antepassados coletivos – Antiguidade e Idade Média

As comunidades têm a necessidade de preservar evidências de seus atos, regulamentos e decisões, registrando em suas datas precisas os eventos marcantes

da vida pública. O correspondente contemporâneo mais próximo dessa prática é o *Diário Oficial*. Devido à fragilidade do suporte em que eram mantidos, os diários coletivos da Antiguidade e da Idade Média são pouco conhecidos. Acredita-se, contudo, que a eficiente administração romana se apoiava na utilização de “diários” cujas denominações referiam-se à natureza dos registros: as *acta civilia* (registros sobre o estado civil), as *acta forensia* (leis, regulamentos, etc.) e as *acta militaria* (as legiões mantinham seus livros de contabilidade e seus diários de rotas). As pequenas coletividades, que constituíam as famílias, podiam igualmente ter seus diários privados, os mais frequentes eram os livros de contas ou crônicas. Os diários privados dos Romanos não continham nada de pessoal. A noção de privacidade, vinculada a uma prática de escrita privada – em seu sentido oposto a uma escrita pública – ainda não podia ser detectada nesse primeiro momento que veio a ser considerado o seu momento de emergência.

Em contextos culturais e históricos específicos, apresentam-se essencialmente distintas as noções de privacidade. As distinções mais significativas são observadas na forma como a privacidade é compreendida em culturas protestantes e sua contrapartida em culturas católicas. Nos países católicos, herdou-se o hábito da confissão, enquanto em culturas protestantes, o exame de consciência vem ocupar o espaço da confissão, como prática íntima e silenciosa – fundamentalmente individual e sem intermediações. Essa diferença básica talvez tenha um papel determinante na compreensão das dimensões do público e do privado e na demarcação dos espaços aceitavelmente acessíveis da intimidade ao olhar alheio.

De uma maneira geral, o cristianismo abriga uma ambiguidade no que se refere à sua práxis coletiva: a fé cristã apontando para uma “religião eminentemente pessoal, que chama cada indivíduo à conversão e à salvação” (LEBRUN 2004, 71), enquanto sua projeção institucional, a Igreja, conclama a uma prática comunitária. A contradição constitutiva da fé cristã, que tem a Igreja-instituição, por um lado, e a Igreja-corpo-místico, de outro, repete-se como a própria contradição de Cristo.

Em seu ensaio “As reformas: devoções comunitárias e piedade pessoal”, François Lebrun alude ao momento inicial da fundação do cristianismo, com a reunião dos doze apóstolos e a cristalização dessa imagem como a ideia de um

grupo, embora ainda distante da individualização de seu corpo, que ocorre com o estabelecimento da instituição eclesiástica. Algumas reações contrárias à instauração de uma organização hierárquica dentro do seio da igreja, como a dos anacoretas e a dos cenobitas – “a procura de Deus na solidão através da prece e da mortificação” (Ibid.,p.72) - pontua bem a contradição existente entre ser uma religião pessoal ou uma religião coletiva e as práticas daí decorrentes. Manifestações de devoção pessoal serão sempre vistas com alguma reprovação. Por outro lado, a confirmação do clero como um corpo institucional com práticas e valores predominantemente coletivos funcionará também como um aparente conformismo e uma aparente abdicação da liberdade individual diante das escolhas pessoais.

Uma característica de prática coletiva cujo valor é fundamental no desenvolvimento do catolicismo é o comparecimento obrigatório à missa dominical. A ausência poderia, muitas vezes, ser interpretada como uma cooptação do fiel pela dissidência reformada. Contudo, como mostra Lebrun, a prática coletiva ainda abriga a ambiguidade fundamental do cristianismo, pois por muito tempo a missa coletiva poderá ser compreendida como a soma das orações individuais dos fiéis, uma vez que não lhes é facultado nenhum papel ativo na celebração litúrgica. Os obstáculos a separar os fiéis dos oficiantes das missas passam pela materialidade da localização dos assentos na lateral da igreja, até a visão obstruída pelo púlpito, passando também pelo desconhecimento da língua na qual as missas são rezadas, o latim. Entretanto, ao longo dos anos, várias serão as medidas visando aumentar a participação dos fiéis na celebração, medidas tais como a distribuição de missais com os textos litúrgicos, em latim e na língua local.

É, contudo, uma etapa específica nessas tentativas de equacionar a ambiguidade intrínseca na prática de fé do catolicismo o que marcará a distinção necessária entre as noções de privacidade nestes dois contextos religiosos. A confissão, como obrigação essencial do católico, passou por estágios significativos para a compreensão da forma como o íntimo e o secreto são compartilhados em contextos determinados. Em um primeiro momento, a confissão era comunitária, como descreve Lebrun:

Essa confissão comunitária realiza-se no final da Quaresma e inclui-se no conjunto de celebrações pascais. (...) Situada após o ofertório, a cerimônia começa com a recitação, em voz alta, da primeira parte do *Confiteor* em língua vulgar e a convite do celebrante: “Todos e todas dirão depois de mim”. Em seguida vem a acusação detalhada dos pecados de acordo com listas variáveis de uma diocese a outra e sem dúvida adaptadas pelos vigários em função de seu conhecimento dos paroquianos e dos pecados mais comuns. A confissão prossegue com a recitação da segunda parte do *Confiteor*: confissão de culpa, firme propósito de não reincidir, pedido de intercessão e absolvição. Por fim, o celebrante pronuncia a absolvição coletiva de acordo com fórmulas variáveis. Então a comunidade reconciliada pode aproximar-se da santa mesa: confissão geral e comunhão pascal estão intimamente ligadas. (Ibid., p.78)

Essa prática, contudo, sem valor sacramental, foi se enfraquecendo até firmar-se a confissão individual como a única aceita e praticada. Seu desaparecimento teria sido resultado de um conjunto de fatores tendo como o mais emblemático o triunfo do exame de consciência surgido como direcionamento a partir da e pela reforma protestante. O protestantismo realçará, por contraste, os contornos dessa natureza coletiva aderida à Igreja Católica ao propor para si uma fé sem intermediários, cujo exame de consciência e a prática individual da oração prescindirão, a princípio, da organização hierárquica tão cara ao catolicismo. Entretanto, a incorporação do exame de consciência às práticas religiosas católicas será prescrita em diversos catecismos, no século XVII. Soma-se, então, à confissão semanal ou mensal o auxílio de um confessor habitual com quem o fiel poderá dividir suas perplexidades, projetos, além de fazer um balanço de progressos ou fracassos. Essa tendência vem também apontar para uma recusa ou insatisfação para com a confissão individual, nas paróquias – única com valor sacramental. Segundo Lebrun, “muitos fiéis detestam confessar suas faltas a um padre, e à vergonha da confissão acrescenta-se o medo que alguns têm de que o padre não respeite o sigilo” (Ibid., p.81).

A noção de fé individual é essencial para o estabelecimento do protestantismo e fator diferencial de maior importância em relação ao catolicismo. Entre o homem e Deus, são descartados todos os intermediários, ficando somente o Livro. “Na prática, o catolicismo situa perante Deus não tanto o indivíduo como a humanidade sob sua forma cristã de Igreja”, afirma Lebrun, e essa visão do indivíduo indissociado da coletividade da fé marca o diferencial da fé individual professada pelo protestantismo. Tal noção de individualidade e a prática do exame de consciência serão responsáveis diretos pelo recrudescimento de um conceito de

privacidade talvez bastante diluído na coletividade católica, por conta das práticas de confissão e da intermediação entre homem e Deus. Embora o protestantismo não signifique uma abdicação ou recusa de práticas coletivas – o que seria inviável na vida em sociedade e na inserção das práticas diárias nos sistemas institucionais gerados pela vida social – tais práticas não deveriam ter o alcance e a capacidade de interferir na relação entre o homem e sua fé em Deus. Assim, pode-se inferir que a salvação sob o ponto de vista católico vem em função da existência de uma rede de relações e práticas coletivas, enquanto que sob a perspectiva protestante a salvação depende do esforço individual, ficando suas práticas coletivas como simples mecanismo relacional sem interferência direta em sua comunicação com o divino.

Essa diferença básica entre a compreensão da privacidade nos dois contextos religiosos, católico e protestante, serve como uma primeira direção no aprofundamento das investigações acerca das diferenças fundamentais entre as duas linhagens diarísticas mais importantes, a anglo-saxã e a francesa. A primeira tem na questão econômica e religiosa sua principal motivação para a manutenção de um diário. A segunda, por outro lado, tem como origem de sua prática de escrita íntima a escrita coletiva – os diários comunitários e os *livres de raison*. As motivações para a manutenção de uma escrita íntima, sua preservação e possível divulgação têm ligação estreita com a relação dessas culturas e suas noções de privacidade, desde suas origens até os dias atuais.

Diários como próteses da memória

John Barth, em “Dunyazadíada”, recuperou a figura de Sherazade para ilustrar a crise da literatura na segunda metade do século XX. Narrar, então mais do que nunca, era preciso para salvar o pescoço – ainda que a narrativa fosse sobre a impossibilidade mesma do narrar. Nesse início de século XXI, a narrativa vem sendo utilizada para outras finalidades, tão prementes quanto àquela de Sherazade: narrar para continuar viva, era o que ela precisava fazer. Hoje, pacientes com Alzheimer vêm utilizando a prática da escrita diarística para preservar sua história, seus traços peculiares imprescindíveis para que se reconheçam os mesmos, ao longo do triste processo de perda da memória ocasionada pela ação degenerativa da doença. A natureza coletiva do diário vem,

uma vez mais, prevalecer: a manutenção de uma prática textual cuja função é auxiliar na preservação da memória ameaçada abre espaço para outros leitores além do próprio diarista. E a razão é simples: pela natureza mesma da doença, uma das maiores dificuldades surgidas com o agravamento dos casos está no outro: maridos, filhos, parentes, amigos. A dificuldade se torna um pouco menor se todos compartilham o processo, quase que diário, pelo qual passa o indivíduo acometido pelo Alzheimer. A maneira mais imediata e viável para esse compartilhamento de uma escrita pessoal tão específica está, naturalmente, nas novas tecnologias. Através de *weblogs* e *lifelogs*, pessoas submetidas à perda gradual e intermitente da memória, assim como pacientes com demência, podem não somente registrar seus dias, atividades e pensamentos, como também compartilhá-los com os outros. Dessa forma, a escrita pessoal na internet funcionaria como um repositório da memória ameaçada:

Wednesday, December 24, 2003

[Christmas Eve 2003](#)

My son has set up this blog for me. I'm hoping to use it as a journal of sorts to not only help me but my friends keep up with me. I have many many wonderful friends and family that keep up with me. I know it is as hard for them as it is me. They don't know how to ask how I'm doing and hopefully this will help them to understand. I hope everyone has a great holiday season.

Posted by K at [7:48 PM](#) [0 comments](#) (BAKOWSKI 2003)

Desde essa primeira entrada, ou *post* (como são chamadas as entradas dos *weblogs*), K. vem mantendo ativo se *blog*, com entradas quase diárias em que relata seu estado de saúde, os tratamentos a que se submete, além de atividades culturais e de lazer. O acesso ao seu blog, *Creating Memories – Dealing with Alzheimer's blog* é livre (<http://creatingmemories.blogspot.com/>). Os *posts* são assinados pela inicial K., somente, sem maiores identificações. Os temas abordados e o nome dos amigos e parentes, contudo, aparecem no texto, assim como fotos e outras referências que tornam reconhecível a identidade da *blogueira* somente para aqueles que a conhecem. O artifício, eficaz para proteger um pouco a privacidade de K., é também valioso para assegurar a interação dela e de seu texto com os seus leitores ideais. Dessa forma, todos podem, como ela mesma, ter acesso às memórias mais recentes (K. tem escrito regularmente seu *blog* desde 2003), e, além disso, tomar conhecimento dos novidades relacionadas aos tratamentos da doença, assim como grupos de apoio e pesquisa, além de eventos visando arrecadar fundos para pesquisas e apoio a pacientes com Alzheimer. A

opção pelo uso da inicial de seu nome não é, todavia, uma tentativa de mantê-lo incógnito. K., ou Kris Bakowski, participa ativamente de eventos relacionados ao tema e concede entrevistas sobre a doença e sobre sua experiência de diagnóstico precoce de Alzheimer (K. foi diagnosticada com a doença aos 46 anos de idade).

José van Dijck, em seu livro *Mediated Memories in the digital age*, analisa o impacto das novas e antigas tecnologias como mediadores da memória. O que ele designa como “memórias mediadas” refere-se tanto aos dispositivos concretos que auxiliam na preservação e mediação do sujeito com sua memória ameaçada quanto os dispositivos simbólicos, tecnológicos e culturais. Um dos objetivos do livro é investigar a memória autobiográfica e o papel da emoção nas reminiscências pessoais. Segundo van Dijck

Autobiographical memory historically has been the province of psychologists, who examine its working as an aspect of *human behavior*. Cognitive philosophers and social constructivists point at the importance of materiality and technology – particularly media technologies and objects – when addressing the issue of memory. Perspectives magnifying memory as a feature of *human culture* prevail in the humanities, most notably in history and cultural studies. In recent years, historians have frequently commented upon the role of media in interlinking our past and present, whereas cultural theorists have engaged with questions of identity and collective memory in the wake of major historical changes, such as exile, war, or Diaspora. (VAN DIJCK 2007, xiii).

O olhar lançado à questão da memória atravessa perspectivas tão diversas como o conceito de memória como um dispositivo cultural e a memória através da perspectiva médica: as dimensões genética, celular e cognitiva da memória humana pesquisadas principalmente por neurocientistas e cientistas cognitivos. No que se refere estritamente aos dispositivos concretos através dos quais se faria a mediação entre sujeito e memória, van Dijck arrola os diários e sua versão século XXI, os *weblogs* e *lifelogs*, além de fitas de áudio, fotografias e vídeos e filmes caseiros. Ao apontar para a função comunicativa e pública do diário, o autor utiliza uma noção importante para compreender a interação entre o sujeito e o destinatário de sua aventura autobiográfica mediada, a noção de “contagious feeling” ou “affective resonance”:

When people read or hear reminiscences narrated by others, they often feel triggered or invited to contribute their own memories. (...) In other words, subjectivity and affectivity constitute each other in a constant feedback loop between self and others, where the narration of experiences, memories, and feelings of others contribute to the formation of the self. (Ibid., p.56)

Essa contrapartida do efeito de leitura, quase iseriano aliás, que van Dijk detecta na recepção das diversas formas de narrativas pessoais, explica sua compreensão do diário como uma ferramenta tanto criativa quando comunicativa, mas, acima de tudo, exemplar do que sugere ser uma mediação entre sujeito e sua memória, pois para ele a escrita do eu constrói uma continuidade entre passado e presente, ao mesmo tempo em que não perde de vista o futuro. E tal papel de ponte entre diversos eixos temporais corrobora a escrita pessoal como um elo entre o que permanece do sujeito através do tempo, e que pode ser por ele reconhecido, sem que, contudo, represente uma estagnação ou mesmidade. Mesmo que a leitura de diários públicos de pacientes de Alzheimer se assemelhe àquela de diários pessoais, em que as pequenezas do cotidiano imprimem um aspecto fastidioso e entediante, neles haverá sempre o choque, por parte do leitor, ao constatar o quão importante é a simples lembrança de uma data de aniversário, por exemplo.

A utilização do diário para esse fim específico pode muito bem servir de exemplo para a discussão que se pretende aqui fazer: a do diário como instrumento de constituição de identidade. No caso extremo dos pacientes de Alzheimer, a memória – ou a perda dela – leva consigo o que existe de não-substancial, no sentido concreto, da identidade pessoal. O corpo permanece, mas a história de vida atrelada a ele se esvai. A identidade civil e o corpo, os denominadores rígidos de uma parcela do todo que compõe a identidade pessoal, embora inalterados, não se convergem naquele sujeito que não se reconhece por ter perdido esses elos com o que viveu, disse e sentiu. E não seria somente o auto-reconhecimento o que estaria em jogo, mas o reconhecimento ou a identificação do outro, que além de habitar o corpo do sujeito, é sempre um outro diferente nas faces daqueles que foram, um dia, próximos e escreveram juntos uma história de vida. O papel dos registros diarísticos, nessa situação, simbolizam a materialização daquilo que Ricoeur chama de identidade narrativa. A história do sujeito visa exatamente preservar essa identidade para que, posteriormente, o sujeito se reconheça e reconheça seus próximos.

O repertório temático dessa escrita pessoal com objetivo bem delimitado é uma matéria a parte, merecedora de uma análise mais detida. O que pode ser considerado pertinente e valioso, para o diarista, de merecer registro. Em outras palavras, como o sujeito vê seus atos e os fatos que acontecem ao seu redor como

constituintes do que imagina ser sua identidade. Se os registros forem essencialmente compostos por relatos de quadros emocionais e aspectos meramente psicológicos, poder-se-ia pensar na redução dessa ideia de identidade ao âmbito abstrato da contabilidade das ideias e dos sentimentos. Contudo, o que se vê nesses registros é exatamente um amálgama de elementos abstratos e relatos objetivos de dados externos à psique do sujeito, levando-nos a compreender a dimensões pessoal e coletiva como partes integrantes do sujeito – ou daquilo que ele considera como elementos constituintes de sua identidade.

Exemplos como esse, de utilização de diários com finalidades bastante específicas, vêm demonstrar o quão falaciosa é a compreensão desse tipo de prática de escrita pessoal como um exercício narcísico e autocentrado. Diários como o de Samuel Pepys ou de Anne Frank, ambos com forte acento nas vivências pessoais, oferecem um panorama bastante claro da interação do sujeito com o mundo à sua volta e o quanto essa interação determina sua identidade e a natureza abrangente dos escritos pessoais. Dessa forma, não haveria razão para contrapor diários pessoais a diários coletivos, uma vez que ambos estariam, direta ou indiretamente, remetendo sempre ao sujeito e à sua vivência coletiva como fator de constituição de uma história de vida e, conseqüentemente, de uma identidade a ela atrelada.

2.3 *And so to bed...* sexo e poder nos diários masculinos

Em 1992, quando o senador republicano dos EUA, Bob Packwood, foi acusado de ter assediado sexualmente cerca de vinte mulheres, todas antigas companheiras de trabalho, temia-se estar diante de mais um ato extremo de uma tendência ao exagero e à intolerância, por parte das feministas, cujo rótulo de “feminazis” dispensava maiores explicações. Após longa investigação, foi comprovado o assédio sexual, além da utilização de *lobby* político para benefício próprio. O embasamento da acusação se deu não pela força dos testemunhos, mas pela convocação de uma evidência que, aparentemente, era considerada altamente confiável: o diário mantido pelo senador, ao longo de vinte e seis anos. Nas entradas do diário, a Comissão de Ética do Senado norte-americano encontrou não somente um relato detalhado de todas as investidas sexuais, como também

minúcias das transações pelas quais se utilizava de sua posição pública para aferir ganhos privados.

Para além de questionar a veracidade ou não das confissões do senador inscritas em seu diário, seria interessante refletir por que razão um homem público confiaria ao seu diário suas aventuras sexuais e seus pequenos atos de corrupção. A imagem que criou de si, através da prática de escritura de um diário, destoa da imagem pública que tentou forjar ao longo de décadas de vida política. No espaço da intimidade, a maneira como se via ou aquilo que importava narrar para criar sua identidade eram as conquistas sexuais e os ganhos oriundos de suas espertezas e tráficos de influência. Por que registrar atos que, descobertos, arruinariam a imagem positiva que tentara imprimir ao seu nome? Contardo Calligaris arriscou uma resposta: o que justifica o risco de legitimar suas aventuras é a “necessidade de um homem de idade avançada produzir sua virilidade.” (CALLIGARIS 1998, 16). Em sua linha de reflexão, atribui ao ato autobiográfico o potencial de constituir o sujeito. Assim, Packwood tinha em grande conta tanto sua fome de conquistas sexuais quanto de ganhos financeiros. E relatá-los era construir sua história com os elementos que para ele eram mais valiosos na sua constituição enquanto sujeito: sexo e poder (em suas mais diversas traduções: dinheiro, fama, dominação, etc.).

Embora arriscada, tal prática é mais comum do que se imagina. A manchete da revista *ISTO É*, edição de 16 de Novembro de 2005, exibia o que parecia ser mais um escândalo corriqueiro de pedofilia no clero. Só que, dessa vez, dois dos padres acusados tinham contra si uma prova de suas culpas considerada irrefutável para o delegado que cuidava do caso: um diário íntimo. O padre Tarcísio Tadeu Spricigo, de 48 anos, entregou a uma religiosa, por engano, o caderno em que registrava minuciosamente suas aventuras sexuais com meninos menores de idade. Quando percebeu o que tinha em suas mãos, a mulher entregou o diário ao delegado, que já vinha realizando investigações por conta de suspeitas de que o padre aliciava menores para prestarem-lhe favores sexuais. Para o delegado, o diário “era a prova que faltava para poder[mos] prender o padre.”⁴

⁴ Disponível em http://www.terra.com.br/istoe/1883/brasil/1883_confissoes_obsccenas.htm. Acesso em 29 julho 2008. Todas as referências a esse artigo foram retiradas da URL acima.

Preso e condenado a 15 anos, o padre registrava em seu diário técnicas de abordagem e regras de comportamento para seduzir suas vítimas:

Apresentar-se sempre como dominador. Ser carinhoso e não ser apressado. Nunca fazer perguntas, mas ter certezas. Conseguir garotos seguros e carentes, que não tenham pai e que sejam pobres. Jamais se envolver com garotos riquinhos.

Além de deliberações acerca de suas investidas, o diarista também reafirmava a função de instrumento de reflexão do seu diário. Nele, estipulava metas e parâmetros de comportamento a seguir:

Quais são as possíveis soluções?

R. 1 – Sentir-me bem em gostar de garotos.

2 – Sentir-me socialmente aceito em expressar meu afeto aos garotos.

3 – Ter equilíbrio e sentir-me amado por eles aceitando também o namoro como algo bonito e não apenas sexo.

4 – Ter os garotinhos seguros de segredo e sem escrúpulos para sexo.

(...) 6 – Só agir sexualmente quando tenho certeza absoluta de que o garoto guarde segredo. (...) social, tendo assim a visão do todo. Me preparo para a caça... olho para os lados... com tranquilidade, porque tenho os garotos que eu quero sem problema de carências, pois sou o jovem mais seguro do mundo.

(...) – Sei que chovem garotos, confiáveis e que são sensuais e que guardam total segredo e que são carentes de pai e só com a mãe.

- Eles estão em todos os lugares – basta só ter um olho clínico e agir com leis seguras no campo social.

- Eu por isso sou seguro e tenho calma... não me afobo não, sou o galã – e o garotinho, depois de aplicada a lei corretamente, estará caindo direitinho na minha... seremos felizes para sempre...

(...) Depois dos fracassos no campo sexual, aprendi uma lição!!! E esta é minha mais solene descoberta: “Deus perdoa sempre, mas a sociedade jamais!”.

Em seu diário, encontra-se, por fim, um levantamento do perfil de suas vítimas:

Idade → 7 → 8 → 9 → 10

Sexo → Masculino

Condições sociais → pobre

Condições familiares → De preferência um filho sem pai, só com a mãe sozinha – ou com 1 irmã.

Onde procurar → nas ruas, escolas e famílias.

Como fisgar → aulas de violão, coralzinho, coroinha.

Importantíssimo → prender a família do garoto.

Possibilidades → garoto carinhoso, calmo, sem bloqueios, carente de pai, sem moralismos.

Ver o que o garoto gosta e partir desta premissa para atendê-lo em cobrança a sua entrega a mim.

Como apresentar-se → sempre seguro – sério – dominador – pai – nunca fazer perguntas, mas ter certeza.

Seu diário confirma o mesmo padrão observado no diário do Senador Packwood e de muitos outros, ou seja, a construção de uma identidade que se

apoia na narrativa dos eventos ou temas mais essenciais para o diarista. No segundo caso relatado pela reportagem da *ISTO É*, o do padre Alfieri Eduardo Bompani, de 45 anos, a prática da escrita íntima em que relata suas aventuras sexuais com menores vai além do diário em si. Ao lado dos documentos apreendidos pela polícia, foi encontrado um original do que viria a ser um livro de contos eróticos, cuja temática girava sempre em torno de relações sexuais com crianças. O diário do padre Alfieri não apresenta a mesma organização encontrada no diário do padre Tarcísio. Suas descrições são mais cruas: “Há dois dias não encixo ninguém. Me masturbei duas vezes ontem, sendo uma delas com o V. (seis anos).”.

Seria admissível afirmar que sexo e poder são componentes essenciais da escrita diarística masculina? Ou que a recorrência desses temas demonstraria a principal preocupação dos homens em relação à sua identidade? Certamente, qualquer forma de generalização incorre em equívocos, mas é inegável que – velada ou explicitamente – sexo e poder estão presentes no repertório temático de alguns dos diários mais conhecidos (e entre muitos dos ainda desconhecidos): Samuel Pepys, ingenuamente, codificou seu diário em passagens como estas:

“Did what je voudrais avec her, both devante and backward, which is also muy bon plaisir” (Apud Mallon, 1995, p.4).

“Yo did take her, the first time in my life, sobra mi genu and did poner mi mano sub her jupes and toca su thigh” (loc. cit.).

Assim imaginava esconder suas inumeráveis aventuras extraconjugais dos olhares públicos e, indubitavelmente, longe do olhar de sua esposa. Se o risco era tão grande, não teria sido melhor calar-se?

Dois séculos depois, no Brasil, o general José Vieira Couto de Magalhães, presidente de quatro províncias e herói da Guerra do Paraguai, registra em seu diário seus sonhos homoeróticos:

Depois um crioulo meu em companhia de um mulatinho em mangas de camisa e simplório e ambos de quinze anos de idade, em minha companhia, passamos um bar com compoteiras com açúcar, e saímos em um lago mui grande coberto de muito lodo verde, e nos banhamos os três nesse lago. *Ixe oyuputar om. curiboca, tapayuna; anahen oiko tapayuna sak. Opirari uana i pupé* [Eu quero fazer sexo com um mestiço, com um preto; eu falo que o membro viril do preto foi tirado de dentro.]. (MAGALHÃES 1998, 200).

(...) Sonho depois com o Leonardo, e era um outro lugar. *Iche chaputari om. ahe; ahe oputariom. ich.* [Eu quero fazer sexo com ele, e ele comigo]. (Ibid., p.202).

Em suas páginas descortinam-se a rígida disciplina militar e os devaneios sexuais, os lançamentos contábeis de seus vários negócios com sua obsessão pela saúde e pela catalogação de sintomas e doenças – a ponto de registrar a aparência de seus fluidos e a regularidade de suas funções fisiológicas. Em comum com Pepys, detectamos o ambíguo desejo de ocultação e, ao mesmo tempo, de perpetuação de uma segunda pele, de um desejo latente nem sempre realizado.

Embora se tenha quase certeza não se tratar de um diário puro, *Tempo morto e outros tempos*, de Gilberto Freyre, não pode ser desprezado como mais um indício da recorrência temática nos diários escritos por homens. Grande admirador das escritas autobiográficas em geral, e do diário em particular, Freyre chega a justificar essa inclinação à sua admiração pelos ingleses e, conseqüentemente, seu hábito de manutenção de um diário como substituto da confissão católica. Mas será como um diálogo com um “outro Eu”, que seu diário se tornará, para Freyre, plenamente funcional. Em um momento delicado de transição entre a meninice e a adolescência, dois anos após ter supostamente iniciado seu diário, assim explicita sua relação com a prática textual:

Foi por isso que eu comecei a confessar-me a este diário, que é hoje, para mim, outro Eu. Por isso também que não me sinto particularmente atrevido para tentativas de literatura de ficção ou teatro: toda ela com seu elemento de farsa. É a verdade que eu estou empenhado em confessar-te, meu caro diário. Se não a verdade, minha busca da verdade a meu respeito e a respeito dos outros. Verdade autobiográfica, biográfica, histórica. (Freyre, op. cit., p.40)

Essa proposta de pôr o coração a nu, de descortinar a verdade, de buscá-la, promessa tão utilizada cuja inauguração famosa, por Rousseau, vem imprimindo às escritas pessoais uma promessa de verdade que contribui enormemente e paradoxalmente para o seu encobrimento. Em introdução à edição de 2006 de *Tempo morto e outros tempos*, Maria Lúcia G. Pallares-Burke argumenta que a obra, apesar de ter sido escrita sob a forma de um diário e de ser apresentada como “trechos de um diário de adolescência e primeira mocidade”, encontra seu vigor não como uma obra-prima do gênero diarístico, mas como “um documento autobiográfico extremamente valioso para se observar um homem maduro revivendo sua juventude” (Ibid., p.12). Esse valioso documento é por ela

classificado de uma “autobiografia em série” ou “à prestação”, embora Freyre tenha afirmado, à época da publicação, tratar-se realmente de trechos de um diário mantido a partir de sua adolescência, cuja metade, datilografada na década de 1960, teria sobrevivido à fome devoradora dos cupins.

Para imprimir uma feição mais informal ao projeto editorial, Freyre chega a afirmar, em prefácio do autor, que o texto teria recebido o mínimo de revisão, e “simplesmente com um ou outro acréscimo para esclarecer obscuridades.” (Ibid., p.13). Pallares-Burke, contudo, dúvida das declarações de Freyre, afirmando serem claros os indícios de que o texto supostamente diarístico teria sido escrito e rescrito ao longo dos anos, ainda que não possa negar a existência de um núcleo original de entradas, a partir do qual Freyre tenha editado seu material para publicação. O fato, porém, é que ainda que se reconheça (e não se condene inteiramente) o trabalho de edição de um diário para publicação, o diário de Freyre apresenta algumas características essencialmente diarísticas e enumera, em seu repertório temático, uma tendência à ênfase de alguns aspectos que são caros à pesquisa: a encenação do sujeito e a construção ou reconstrução de uma imagem de virilidade, através das conquistas sexuais e de poder. A presença dessa aparência natural de diário pode-se dever ao fato de ter havido efetivamente, como afirma o autor, um diário original ou, por outro lado, ao talento dele e ao seu interesse pelas escritas pessoais. Algumas declarações feitas por ele no prefácio estabelecem a função de interlocutor e de confessor ao seu diário. Entretanto, Freyre não despreza também o espaço diarístico como um atelier do pensamento e da escrita. Permite-se devaneios e licenças poéticas ao mesmo tempo em que exercita uma auto-reflexão e uma autoterapia, chegando mesmo a afirmar ser seu diário uma “espécie de substituto de um confessor católico ou um psicanalista profissional” (Ibid., p.19).

Sua definição do que seria seu diário tem, na citação a seguir, uma boa evidência de como Freyre tinha consciência do processo de desdobramento do sujeito na escrita pessoal. No seu caso, o desdobramento se dava entre o jovem que iniciava sua vida acadêmica, o adulto relendo e reorganizando o passado e a própria figura institucional que veio a ser Gilberto Freyre, no diário já demonstrando a que veio:

Esses registros foram afinal relatos de conversa de um homem consigo mesmo. De um homem desdobrado em dois: ele e o seu diário. De um homem analítico e, ao mesmo tempo, com uns instantes tão antianalíticos de devaneio poético, que o diálogo parece adquirir, por vezes, aspectos quase-líricos. Há nas notas um misto de lirismo anárquico e de tentativa de organização: a de um adolescente e depois um jovem na sua primeira mocidade a buscar dar alguma ordem aos começos do seu pensar, do seu sentir, do seu viver, do seu existir. Ao seu preexistir e ao seu pós-existir – dadas suas preocupações com seu futuro e até com o futuro de sua gente, em particular, e do Homem, em geral. (Ibid., p.24)

O diário de Freyre tem, segundo ele, um outro propósito: o de preservar o tempo. Para Freyre, esse tempo morto que dá título aos trechos do diário publicado é um termo inexato. O tempo passado não seria necessariamente morto, posto que através dos feitos humanos teria parte de si preservada e transmitida a outras épocas, a homens de outros tempos. Freyre acredita ter seu diário também essa função, a de transmitir às gerações futuras o processo de maturidade de um sujeito que, além do reconhecimento público de sua importância, tinha-se em tão alta conta que falar de si era, também, falar do pensamento que tentava definir uma nação e uma cultura em seu tempo. Sua dicção não era jamais impessoal e, talvez por isso, ao longo de sua vida, tenha tido uma relação tão estreita com a escrita diarística, essa expressão subjetiva por excelência. Para ele

Diários, autobiografias, memórias, cartas estão entre os transmissores, alguns extremamente modestos, outros, magníficos, de um tempo a outro. Nem todos os diários são como o de Amiel ou o de Pepys. Mas até os registros de um simples colegial podem ser documento de considerável importância para a transmissão de um tempo a outro, a transmissão do que é imortal nos tempos que em parte morrem, uns mais, outros menos do que os homens. Vários são aqueles diários que, não sendo obras-primas, têm contribuído para um sempre maior reconhecimento do Homem pelos homens. (Ibid., p.18)

Ao lado dos altos propósitos de sua escrita pessoal, Freyre oferece ao leitor momentos pitorescos, como aqueles em que se mostra crítico agudo e implacável e, ao mesmo tempo, perplexo com o que desconhece. Iniciado em 1915, as primeiras entradas do diário acomodam verbos no pretérito perfeito e no presente do indicativo, formas comuns em diários cuja relação com o tempo passado é de proximidade. Contudo, nas mesmas entradas iniciais destaca-se a utilização do mais que perfeito, em uma clara justaposição de um texto original diarístico em uma moldura de texto autobiográfico posterior, aproximando duas linhas temporais distintas – a de um passado recente e a de outro, mais distante. Já na segunda entrada Freyre insere o tema da sexualidade:

Recife, 1915

Lendo *Sexology*, de um médico especializado no assunto: o Professor William H. Walling, médico. Leitura para adolescente. Venho me controlando quanto à masturbação, cujo abuso pode prejudicar principalmente o caráter em formação de um homem. Quem tem caráter se domina. Walling diz que após os 14 anos é que o perigo se apresenta maior e que se conhecem casos de adolescentes que têm perecido por excessos de masturbação.

(...) Os adolescentes devem tranquilizar-se quanto aos “sonhos molhados”. São naturais. Eu vinha me impressionando com eles. A. se ofereceu para me levar a uma mulher sua conhecida, muito reservada, por dez mil-réis. Ele acha que a masturbação leva os rapazes a doenças piores que as “mulas” e “cavalos”. Mas não parece que seja assim. (Ibid., p.28-9).

As entradas seguintes se referem aos estudos, às leituras, às relações familiares, como uma espécie de preparação para um evento que simboliza um tipo de rito de passagem, de perda da inocência. A preservação desse evento no diário (ou a preservação da entrada original no texto definitivo) marca uma relação do diarista com a sexualidade que se desenrolará mais adiante: uma relação de experimentações e de abertura, que o diarista faz questão de não ocultar:

Recife, 1915

Saltando o mudo de detrás do quintal, cauteloso como um gato, fui ao quarto de A., que vem me tentando com todos os seus encantos. Muito cuidado contra os riscos de empregar o diabo da mulatinha, que me tratou como se eu fosse um bebê e ela uma mestra empenhada em me ensinar tudo numa lição só. Desde os 14 anos que um indivíduo pode empregar. O medo me acompanhou o tempo todo: medo de uma variedade de perigos e não apenas desse. Cama de lona de um ranger traiçoeiro que me parecia chegar aos ouvidos de toda a gente da casa, anunciando meu pecado. Preocupação. Prazer perturbado. Desapontamento. Remorso. Sensação de ato incompleto mas mesmo assim definitivo na minha vida. Ato criador de outro eu dentro do meu eu. Lá não sou o mesmo. Já não posso abraçar e beijar minha Mãe como a abraçava e beijava. Nem a minhas irmãs. Sou outro. Curioso que a mulatinha tenha gemido como se eu a estivesse ferindo. E estava: a ela e a mim. (Ibid., p.31-2).

A licença poética a que lança mão ao longo do seu texto encontra na entrada seguinte a essa um momento de realização plena. Freyre reflete sobre sua iniciação sexual e sobre as possibilidades de satisfação do seu desejo. Como se mostra bastante evidente, trata-se mais de um texto autobiográfico do homem maduro, com um distanciamento bastante significativo para justificar a narrativa poética do evento da primeira relação sexual:

Recife, 1915

Reflexões sobre a experiência com A.: o gosto principal que ela me deixou num ainda inexperiente paladar sexual. Foi um gosto de tal modo incompleto – para quem desejava completar-se, sentindo-se senhor de um ventre de mulher – que continuei a me considerar quase virgem. Afinal, a experiência que eu desejava era a de conhecer, pelo sexo, mulher. A. me levou a outra espécie de experiência: uma experiência que eu poderia ter tido com R., por exemplo, que tanto se tem oferecido para me servir de mulher, sendo ele menino. Nunca transigi. É verdade que A. abandonou às minhas carícias um belo corpo de mulher morena: mulher bela, embora durante nossas intimidades, eu não visse, mas apenas sentisse, com as pontas dos dedos, o gosto de sua nudez. (Ibid., p.32).

Freyre retornará ao assunto, dois anos depois, após encontrar-se com A., casualmente, na rua. Entrará em detalhes de sua primeira relação sexual, mas sem fugir da licença poética:

Recife, 1917

Depois de algum tempo, revejo A. Sempre sereia, com uma voz da qual parece escorrer um mel irresistível e uns olhos ainda de colegial sonsa e com alguma coisa de olhos de menino. Nunca me esquecerei da primeira noite que me levou ao seu quarto, com o pessoal da casa me imaginando no cinema, quando eu próprio, ainda menino de 14 anos, participava corpo a corpo de um drama que me deixará, com certeza, marcado para o resto da vida. Desapontou-me A.? Sim, porque o que eu mais desejava era vê-la nua: comer com os olhos sua nudez antes de devorá-la com o sexo teso e guloso (como os vários sentidos andam juntos para o gozo sexual!). Creio que mais de metade do que em mim é sexo está nos olhos. Mas ela disse: “No escuro, para o pessoal não desconfiar”. De modo que as pontas dos dedos tiveram de fazer as vezes dos olhos. Senti com as pontas dos dedos todas as suas curvas de corpo de mulher-sereia. Queria penetrá-la quando ela disse: “Por aí, não! Lembre-se que eu sou moça!” Por “moça” queria ela dizer virgem. Donzela. E besuntando-me o membro ardente de banha de cheiro, ela própria dirigiu o nosso corpo-a-corpo para onde quis, talvez menos por ser “moça” do que por ser aquele o centro de sua paixão. Ou do seu ardor de fêmea. De modo que minha iniciação formal em mulher foi oblíqua. Oblíqua e, como diria um escolástico – foi o que verifiquei algum tempo depois -, singularmente deletosa. (Ibid., p.43).

O evento, peculiarmente marcante para o sociólogo, parece ter mais importância do que a pessoa com quem compartilhou. Ainda nesse mesmo ano de 1917, Freyre, em outra entrada do diário, falará novamente de A., agora não mais uma “moça”, tendo sido “deflorada” por um “cabo de quem se enamorara e que logo depois da façanha seguiu para o interior: dever militar.” (Ibid., p.48). Embora visivelmente um olhar retrospectivo, o tema mereceu constar, em mais de uma entrada, do projeto editorial sob forma de diário. Seu relato sobre sua iniciação sexual revela também uma proximidade com o tema da homossexualidade (ou do

amor homoerótico) com o espaço íntimo da escrita diarística, já detectado anteriormente em outros diários. Anos depois, irá comentar os costumes de homossociabilidade dos alunos de Oxford com olhos entre perplexos e indulgentes:

Oxford, 1922

Cortejado não só por lindas inglesinhas como por mais de um louro inglesinho, desde que estou na Inglaterra. Sinto-me um pouco um Romeu moreno entre louras Julietas de toda espécie: inclusive Julieta que preciso de conservar platônico no sentido de todo não-carnal de platonismo.

Em Oxford não são de todo raras as danças de rapazes com rapazes: danças animadas por muito vinho do Porto que para os ingleses é o vinho dos vinhos. São danças que às vezes terminam em beijos e abraços. A verdade, porém, é que tais explosões talvez não sejam tão frequentes, aqui, como na Alemanha de após-guerra. Aí, ao mito da “raça de senhores”, corresponde muito masoquismo sexual da parte de alemães jovens, dos mais senhoris que parecem deliciar-se em ser machucados por morenos ou por exóticos. Em Oxford, o que se encontra é, antes, a tendência para intensas amizades de rapazes com rapazes semelhantes às que existiam – suponho eu – entre os gregos platônicos. Podem ter às vezes alguma coisa de homossexual. Mas, quase sempre – é o que me parece –, um homossexualismo transitório. E não só transitório: platônico. Sem concretizações como as que tornaram famoso no Recife o aliás culto e inteligentíssimo Cônsul de S. M. B., Mr. D. (Ibid., p.155-6).

De volta ao Recife em 1923, Freyre “continua” a escrever seu diário até 1930. Ainda haverá entradas em que confessará suas idas aos bordéis recifenses, seus encontros com “mulatas” que prestam serviços sexuais, etc. Entretanto, o que se percebe de mais emblemático nessa segunda fase de sua vida é a constituição do intelectual, sua visão do Brasil após ter sido exposto às culturas e sociedades norte-americanas e europeias. Será nessa segunda parte que se mostrará mais forte a importância do seu estabelecimento enquanto intelectual e, obviamente, as relações de poder que são geradas em decorrência disso. Começa como colaborador do *Diário de Pernambuco*, no mesmo ano de 1923. Quatro anos depois, assume o cargo de oficial do gabinete do Governador de Pernambuco, Estácio de Albuquerque Coimbra. No ano seguinte, torna-se professor da Escola Normal do Estado de Pernambuco, instaurando a primeira cadeira de sociologia com orientação antropológica e pesquisas de campo.

Outro diarista e escritor, dividido entre a ânsia de publicar e ser lido e de ocultar seu desejo homoerótico, tergiversa o mais que pode para não revelar seu segredo. Harry Laus não trata explicitamente de seu desejo homoerótico em seu

diário. Um repositório de impressões de vida e de leitura, cabe ainda em sua prática textual o que parece ser o grande tema recorrente: reflexões acerca de sua carreira literária. O escritor catarinense evita nomear seu desejo em seu diário, principalmente, nas entradas referentes ao período em que esteve vinculado ao Exército Brasileiro – de onde fora “convidado” a aposentar-se logo após o Golpe Militar de 1964. Quando não resiste à solidão, Laus dialoga com seu diário-interlocutor, não esquecendo que a escrita ali nada mais é – ou deveria ser – do que um exercício literário... a escritura de uma obra possível e futura:

O quartel tem-me tomado tempo com uma sindicância complicada e outros problemas a resolver. Mas nada disso influi no estado de coisas. Os bons propósitos desfalecem, a literatura se esvai, e vida aí de fora me chama, amizades aparecem e eu me rendo. Os amigos do Rio desertam, não tenho uma pessoa com quem discutir certos assuntos, a solidão me pesa, esmoreço, e eis-me aqui dando um ar pessoal e íntimo a este diário, coisa que restringe minha possível literatura. (LAUS 1998, 107).

Longe de ser um diálogo consigo mesmo, sua relação com a destinação do diário é clara. Laus escreve para ser lido, embora esse público leitor tarde um pouco a aparecer. Posteriormente, quando já começa a apresentar sinais de cansaço e frustração por não ter ainda escrito (e publicado) a obra de sua vida, assim expõe sua ideia de função da escrita diarística em relação à escrita literária:

Talvez ninguém tenha o direito de publicar um Diário antes de haver escrito e dado à leitura alguma outra espécie de livro; ou vivido de uma maneira notória que abra a curiosidade em torno de si. Comigo... nem uma coisa nem outra. No entanto, quisera excitar algum sentimento em quem me lesse esta obra. Qualquer sentimento, mesmo a irritação, conquanto não fosse a indiferença. (Ibid., p. 106).

Citando Mário Faustino, amigo e correspondente do diarista, explica o jogo de identidades que se pressupõe no discurso autobiográfico em geral e na escrita diarística em particular: “Mesmo quando falamos na primeira pessoa, que seja sempre outra primeira pessoa, um alter-ego, ainda que com razões no nosso ego.” (Ibid., p.107). O negado monólogo transforma-se assim em um diálogo do *eu* com um *eu diferido*, com o *eu como um outro*.

Os diários de Harry Laus, referentes a dois períodos distintos (1949-1953 e 1958-1959), foram publicados em 1998, sob o título de *Monólogo da Provação e Impressões de Vida*. À época da publicação, sua condição de homossexual já era conhecida, tornada pública pelo próprio Laus. Em 1980, em *Diário de Viagem*, ao

explicar o motivo de seu afastamento das Forças Armadas, revela ter sido em função de seu comportamento sexual. Em “Harry Laus – Sujeito e Texto”, Lucia Cristina dos Santos passeia pela presença da identidade homossexual do autor em um de seus romances mais inusitados, o *MONÓLOGO de uma cachorra SEM PRECONCEITOS*, publicado em 1981. A autora detecta a mesma infiltração de sua identidade sexual em outros romances:

No *Monólogo*, cuja tonalidade é eminentemente autobiográfica – confirmando preferência do período por uma literatura centrada em viagens biográficas –, a discussão sobre a questão do homoerotismo é medular. A mesma preocupação pode ser também percebida em *Os papéis do Coronel*, *Caixa d’ação*, *O santo mágico*, na peça para teatro *Roupa-Corpo-Roupa*, e em alguns de seus contos. (SANTOS 2002, 117).

Mesmo encarando o *eu* do diário como um *alter-ego* ou como um *outro*, é na ficção que Laus se sentirá mais livre para trabalhar essa pulsão que não pode ser nomeada em seu diário. O mais contundente, entretanto, é, na leitura de seus diários, a percepção do embate entre o homem e o escritor – entre a imagem que quer manter e preservar de si mesmo e o que lhe passa pelo interior. Suas angústias referentes à dor de se sentir diferente ou alijado da partilha da felicidade fazem com que se refira a si mesmo como pertencente a uma “raça”:

Qualquer indivíduo de minha “raça”, apesar de toda a liberdade que gosta de manifestar, da temeridade e ousadia de que continuamente lança mão, todo ele, quando pretende manter essa espessa e ao mesmo tempo esburacada cortina de falsa aparência, é o menos livre indivíduo que existe. (Laus, loc. cit.).

A edição crítico-genética dos diários de Harry Laus contribui enormemente para a análise do papel da escrita diarística na consolidação da sua auto-imagem. Laus afirma que um escritor deveria ser capaz de escrever uma grande obra antes de publicar seu diário. Em outro momento, verá seu diário como sua única obra de valor e decidirá organizar seus escritos pessoais para futura publicação. A leitura paralela das entradas de seu diário como veio a ser publicado e aquelas constantes na edição crítico-genética revela o grande cuidado na escolha das palavras, no aperfeiçoamento do estilo. Laus poderia, sim, crer que um escritor deveria ter uma grande obra antes de tornar público seu diário, mas como as diversas correções mostram, o diário, no seu caso, já era a grande obra sendo construída.

As inúmeras revisões e o tratamento estilístico dispensado às entradas de seus diários são evidências irrefutáveis de sua intenção de torná-los públicos.

Além, é claro, de sua própria declaração nesse sentido, feita mais adiante em sua vida. O espaço da escrita pessoal, com todas as suas revisões e reescrituras, revela-se como espaço de experimentação, da prática e do ensaio de uma escrita mais ambiciosa. Seu projeto de carreira literária encontra-se explícito, com bastante vigor, ao longo de todo o seu diário. Uma vez tendo seus textos literários publicados, Laus ressent-se do alcance de sua obra. E, uma vez mais, recorre ao diário para tentar compreender as razões disso.

O espaço de sua escrita pessoal é também espaço da voz do diarista enquanto leitor. Laus comenta suas leituras, reflete sobre elas, cita-as no corpo das entradas do seu diário. Toma-as de empréstimo, muitas vezes, para expressar suas próprias perplexidades e aflições. E os comentários sobre leituras não se limitam àquelas de outros autores, neles estão marcas da leitura de sua própria obra, da reflexão constante que faz sobre o valor do que escreve. Inserem-se, ainda, comentários sobre seus projetos literários, esboços de futuras obras, dados interessantes sobre este ou aquele título dado a um conto ou romance.

No plano pessoal, sua falta de perspectiva é assunto recorrente. Laus está ligado à vida militar menos por vocação do que por falta de alternativas. O meio militar, com sua organização e disciplina rígidas, força-o a manter suas aspirações e desejos no território da intimidade, enquanto publicamente se resigna a cumprir sua vida profissional militar por conta da necessidade de manter-se e manter financeiramente sua família. O balanço que o próprio diarista faz de sua prática de escrita está resumido em uma entrada do diário, de 24 de fevereiro de 1991, publicado apenas na edição crítico-genética:

Quando Claire esteve aqui, em outubro de 88, perguntou-me por que não retorno ao Diário que leu todo. Eu o mantive entre 1947-1976, diz ela nos prefácios de Caixa d'Aço e Jandira. Na verdade, ele não vai tão longe. Imagino que o Diário terminou em 1958, em Corumbá! Depois disso veio o álcool e o sexo – ou melhor, se intensificaram – e nunca mais me detive a escrevê-lo. (MORAES 2005, 551).

O diário de Laus é mantido, na verdade, até 1992. Mais precisamente até o dia 12 de maio de 1992, quinze dias antes de sua morte em decorrência de um câncer pulmonar. O que o faz considerar como término do Diário o ano de 1958 talvez seja um fator caro, para muitos diaristas, nesse tipo de prática textual: a regularidade das entradas. Nesse ano de 1958, Laus é transferido para 17º Batalhão de Combate, em Corumbá, como subcomandante e comandante, devido

a uma escassez de oficiais. Durante esse período, escreve diariamente em seu diário, cuja versão publicada leva o título de *Monólogo da Provação*.

Pertencente à mesma geração, mas em posição completamente inversa, o jornalista e escritor José Carlos de Oliveira – para quem o diário era uma extensão de seus escritos literários e, sobretudo, um espaço para dialogar com um interlocutor tolerante e receptivo (o que nem sempre, na vida, lhe era possível encontrar) – também revela, em seu diário, sonhos megalomaníacos de revolucionar a literatura brasileira. Em seus registros discorre igualmente sobre suas dores físicas e emocionais, sua vida sexual vivida bem ao estilo dos anos oitenta, entendido como o momento das experimentações, dos excessos – de jamais negar a possibilidade do prazer. Depois de diversos casos amorosos e casamentos fracassados, assim descreve sua receptividade a novas formas de prazer: “20 de setembro, domingo – No Degrau um rapaz me tascou um beijo na boca – beijo de amante. Ainda estou deveras perturbado. Qualquer hora dessas, as circunstâncias ajudando, enfrento o problema da homossexualidade” (J. C. OLIVEIRA 2005, 21). Ao longo das quinhentas páginas de diário, em suas muitas aventuras e desventuras amorosas, jamais chega a cumprir o prometido. Termina, após longo período de doença, convertendo-se ao catolicismo e descrevendo caudalosamente seu processo criativo e suas crises - que traduziam bem o momento pelo qual passava a sociedade brasileira dos anos oitenta.

A convergência dos dois diários, de Laus e de Carlinhos de Oliveira, ambos profissionais da escrita, em relação à presença de temas ligados a sexo e poder podem ser mais profundamente explorados a partir de uma moldura conceitual que possibilite isolar as muitas identidades ali descritas e perceber suas nuances. Como se formam dentro e fora da escrita e como utilizam o diário como espaço de constituição de si mesmos, ou espaço de sonho do eu imaginário. Na análise da recorrência de temas caros ao diarismo masculino, pretende-se, também, avaliar em que medida a identidade que se forma está vinculada a uma ideia de alteridade – ou de “refrações” de identidades, tais como as expectativas que se tem do homem na sociedade (principalmente sua relação com sexo e poder), e a imagem criada por ele, para ele, por outros, sobre outros, sobre ele, etc. Se, por um lado, nos diários femininos, formas e funções servem à busca de equilíbrio entre os desejos interiores e as cobranças exteriores através de um desvendamento dos

medos e anseios – e suas manifestações são diversas entre homens e mulheres, como se pode notar pela natureza dos temas recorrentes – nos diários masculinos pode-se entrever uma eterna encenação da imagem externa no espaço da escrita íntima. Essa transposição das projeções públicas para a intimidade é o que pode caracterizar mais veementemente a tese da alteridade como componente constitutivo da escrita subjetiva do diário.

Uma coisa de mulher?

Alguns teóricos do diarismo não hesitam em afirmar que o diário íntimo é uma prática textual predominantemente feminina. É Lejeune, em *Le moi de demoiselles* quem lança a provocação: “Diz-se frequentemente que a prática do diário é característica da adolescência e da feminilidade. As estatísticas reunidas durante minha pesquisa provam que isso é verdade” (LEJEUNE 1993, 15). Ele critica em seus colegas pesquisadores do diarismo na França, Alan Girard e Béatrice Didier, suas conclusões apriorísticas ao definirem a prática como mais predominante entre os homens. Em 1988, o Ministério da Cultura francês lançou uma pergunta: “Ao longo dos últimos doze anos, você manteve um diário íntimo ou fez anotações de suas impressões e reflexões?” O público interrogado tinha acima de 15 anos de idade e, do total perguntado, 7% admitiu ter mantido ou manter um diário. Naquele momento, na França, esse percentual representava um total de cerca de três milhões de pessoas. Nove anos depois, respondendo à mesma enquête, o percentual subiu para 8%. O diário mostrou-se longe de ser uma prática textual em extinção, e tal fenômeno se deveu, hipoteticamente, a um aumento da taxa de escolarização. O prolongamento da escolaridade obrigatória de quatorze para dezesseis anos teria sido um fator preponderante para a expansão da prática diarística. Os números mais específicos mostram que, do total de diaristas confessos, 13% têm entre quinze e dezenove anos de idade; 11% têm de vinte a vinte e quatro anos; 8% têm de vinte e cinco a cinquenta e quatro anos. Os percentuais mostram uma linha descendente de acordo com o aumento da idade. Talvez a proximidade com os cadernos e os livros, na agora mais longa vida escolar do francês, influencie na opção pela manutenção de um diário.

Os números ratificaram o que Lejeune já afirmara: uma presença maior de diaristas do sexo feminino. Entre quinze e dezenove anos, 19% das moças

declararam manter um diário, contra 7% dos rapazes. Os números apontaram, porém, que, na idade adulta, há uma tendência a se igualarem os percentuais de diaristas dos dois sexos. Refletindo sobre isso, Cinthia Gannett percebe que, apesar de o número de mulheres alfabetizadas (nos Estados Unidos, nos momentos iniciais da produção diarística naquele país) ter sido inferior ao de homens, as mulheres se inclinaram mais em direção ao diário por uma necessidade de dar forma ao seu mundo através da escrita. Uma escrita privada estaria mais de acordo com o seu espaço na sociedade, um espaço mais de reclusão do que de exposição (e imposição) como no caso dos homens. Além disso, notou também que a história dos diários íntimos tem registrado basicamente a existência de diários publicados, o que vem explicitar uma lacuna bem grande entre o que foi de fato escrito – tanto por homens quanto por mulheres – e o que mereceu uma publicação e, conseqüentemente, uma sobrevivência diante dos percalços do tempo e do esquecimento.

Gannett decidiu-se por pesquisar a relação entre gênero (*gender*) e a prática de escrita diarística a partir de um incidente com um aluno, quando era professora de redação:

a primeira semente foi lançada anos atrás, quando um estudante do sexo masculino veio até meu escritório e confessou-me não gostar de escrever o *journal* que eu havia pedido à turma como tarefa escolar. Disse que era muito como escrever um diário e que as “garotas” fariam um trabalho melhor já que costumavam manter um diário em casa. (GANNETT 1992, ix).

Apesar de reagir com indiferença ao comentário, a princípio, Gannett percebeu posteriormente, ao receber os diários dos alunos, que a grande maioria dos diários com mais páginas eram de meninas. Praticamente todas as alunas mantinham um diário pessoal em casa, ao contrário dos rapazes (que, quando mantinham um diário, frisavam tratar-se de um “diário de escritor”). Essa constatação serviu de motivação para o estudo de Gannett, que, apesar de concentrar-se em uma amostragem bastante específica de sujeitos, serve de informação adicional para imaginarmos ser a prática da escrita íntima mais difundida e praticada pelas mulheres, como afirma Lejeune, por exemplo.

Penelope Franklin, em seu estudo sobre diários escritos por mulheres, nos Estados Unidos, a partir do século dezenove, *Private Pages: Diaries of American*

Women 1830s-1970s, assim revela sua surpresa ao ter contato com o material disponível para pesquisa:

O que encontrei me surpreendeu. A grande maioria de diários publicados eram os de homens. Os milhares de diários não publicados de mulheres estavam em arquivos por todo o país – outros tantos, compreendi estarem em sótãos, como o meu. Percebi que os diários publicados de homens eram frequentemente narrativas de exploração, de guerra, de política, ou aventura; ou eram aqueles escritos por nomes famosos da literatura e da história.

Os diários de mulheres publicados eram, em alguns casos, escritos por uma mulher famosa, mas mais comumente eles eram diários de esposas, mães ou irmãs de um homem famoso. Uma vez que mulheres não estavam, na maioria dos casos, escalando montanhas ou se candidatando a um cargo público, ninguém chegava a considerar seus diários pessoais particularmente interessantes. (FRANKLIN 1986, xiv).

Será a mesma constatação de Philippe Lejeune, no decorrer de sua pesquisa para o *Le moi de demoiselles*, como já foi mencionado. No Brasil, os diários, escritos por mulheres, disponíveis para pesquisa ainda não são numerosos. Em um estudo similar ao de Lejeune, feito por Zahidé Muzart, da Universidade Federal de Santa Catarina, sobre diários de mulheres brasileiras no século XIX, a pesquisadora expõe sua dificuldade em lidar com o mesmo material:

Antes de buscar diários, julgava que o século XIX, entre nós, seria pródigo no gênero. Pura ilusão, rapidamente desmentida pelos poucos encontrados. ... Mesmo assim, tenho procurado diários de mulheres do século XIX. Em primeiro lugar os de viajantes estrangeiras. Esgotados, desde suas primeiras e quase sempre únicas edições, só consegui alguns em microfilmes, enviados por bibliófilo. Os diários de escritoras brasileiras do século XIX são os de mais difícil encontro. Este é o problema real desse tipo de pesquisa: encontrar os diários, pois se os há publicados, a maioria esconde-se em gavetas ou já se perdeu para sempre (MUZART 2000, 181-2).

O estudo Zahidé Muzart, “Do navegar e de navegantes”, foi publicado no livro *Refúgio do eu – educação, história, escrita autobiográfica*, pela Editora Mulheres, de Florianópolis. Criada em 1996, por três professoras-pesquisadoras do tema “Literatura e Mulher”, a editora ocupa-se, entre outras coisas, em recuperar a memória literária produzida por mulheres no Brasil, a partir do século XIX. No livro mencionado, há um valioso conjunto de ensaios sobre escritas autobiográficas de mulheres que inclui pelo menos cinco ensaios sobre diários escritos em épocas diversas. O ensaio de Zahidé Muzart pretende comparar diários de mulheres do século XIX com diário do final do século XX, mais

especificamente a profusão de “diários íntimos espalhados e derramados na Internet” (Ibid., p.183). Há, ainda, um ensaio sobre o diário de leituras de Cecília Assis Brasil, sobre diários íntimos de professoras e um ensaio sobre as agendas de adolescentes, uma espécie de precursor dos blogs e de evolução dos diários mais tradicionais. Todos os ensaios, porém, debruçam-se sobre a prática da escrita autobiográfica e o papel da mulher na sociedade, além de analisarem como a mulher se emancipa e se liberta da prisão imposta pela rigidez das normas sociais e dos tabus, através do refúgio na escrita autobiográfica, ao qual chamam “refúgio do eu”.

A alcunha de “refúgio do eu” já havia sido atribuída ao diário em um estudo pioneiro, por Maria José Motta Viana. Em *Do sótão à vitrine – memórias de mulheres*, a autora dedica um capítulo à análise de quatro diários de importância inegável à trajetória da prática diarística no Brasil (alguns contemplados com uma análise também na presente pesquisa): Helena Morley, Cecília Assis Brasil, Carolina Maria de Jesus e Maura Lopes Cançado. Esses estudos realizados no Brasil não são suficientes para concluirmos que a prática da escrita diarística teria tido mais adesões do sexo feminino. Resta ainda a ser feito um levantamento, nos moldes daquele feito por Philippe Lejeune, na França, para que se possa afirmar tal fato. Entretanto, a importância dos diários que sobreviveram e que, pouco a pouco, vêm sendo estudados em diversas áreas do conhecimento é incontestável.

2.4 Ética e verdade – Um problema nascente

Escrever sobre si e com essa escrita comprometer-se com a verdade implica, diretamente, em revelar o oculto também sobre o outro. A decisão individual e consciente de abrir as portas para a interioridade (ou intimidade) tem como reflexo inevitável abrir as portas também da interioridade do outro. O gênero narrativo que segue paralelo às escritas pessoais, a biografia, embora se diferencie essencialmente deles por incluir um outro que narra a vida do sujeito, encontra pontos de infiltração nas discussões sobre a ética na escrita íntima. Questões que abrangem a revelação da intimidade do indivíduo que se compromete com tal prática de escrita, de forma sincera, lançam também o outro na arena pública, fazendo emergir o debate sobre as formas de constituição do *eu*, seu direito a uma

narrativa pessoal e o risco de violação do direito à privacidade do outro. Ainda que comuns os casos de biógrafos que atuam como ladrões, penetrando na casa adormecida e, nas pontas dos pés, vasculhando gavetas e baús, levando consigo o que podem daquela intimidade violada (uma bela imagem ofertada por Janet Malcom), a *biografização* da autobiografia em particular e da escrita íntima em geral é uma evidência preocupante.

Partindo da noção de uma identidade relacional, o sujeito da escrita pessoal somente pode aproximar-se de quem é e revelar essa descoberta através do desvelamento também do outro. O sujeito, cuja identidade é entendida como produto de uma rede de relações, não se revela sem que com isso carregue consigo o outro. A escrita de si, então, implica na *inscrição* do outro. É certo que na base da prática biográfica impera uma ética que difere ou se mostra mais evidente do que a que rege ou deveria reger as escritas pessoais. Na primeira, quando efetuada por jornalistas ou historiadores, o compromisso com a verdade é a base do projeto, custando-lhe a credibilidade, ao autor, do resultado da narrativa. Diferentemente na escrita pessoal, em muitos casos, a mentira auxilia no engrandecimento da imagem do sujeito ou na potencialização do efeito pungente que se espera que a narrativa provoque no leitor. Colher a simpatia ou estabelecer uma relação empática com os leitores pode, em muitos casos, ser o segredo do êxito da escrita pessoal – tanto em uma perspectiva mercadológica quanto em uma perspectiva político-ideológica⁵.

Várias são as questões que merecem um tratamento minucioso por sua evidente importância. Precisar o que pertence ao domínio do público e o que pertence ao domínio privado, mantendo cada coisa em seu devido lugar, parece ser um desafio longe de se esgotar. Exercer o direito a uma “autonarrativa” sem que com isso se esteja revelando o outro contra sua vontade é um impasse que tem gerado discussões bastante producentes. Estabelecer em que medida fato e ficção

⁵ Em dezembro de 2008, mais uma narrativa autobiográfica de sobreviventes de holocausto é desmascarada: *Angel at the fence: The True Story of a Love That Survived*, de Herman Rosenblat. Herman relata sua experiência em um campo de concentração do qual teria sobrevivido graças à bondade de uma garota, que lhe trazia diariamente maçãs junto à cerca de arame farpado. Anos mais tarde, vivendo em Nova York, Herman reencontra a garota e se casa com ela. A impressão do livro foi interrompida tão logo tornou-se pública a farsa criada por Herman e sua esposa. Isso, contudo, não impediu que estúdios de Hollywood disputassem a história para adaptá-la para o cinema. Quando perguntado pela razão que o levou a inventar a história de amor que sobreviveu aos horrores do holocausto, Herman responde que apenas queria oferecer aos leitores uma história edificante, através de alguns fatos reais ocorridos em sua vida.

são utilizados nas narrativas de vida enfraquecendo as barreiras que separam a verdade do oportunismo. Até que ponto é ético e correto apropriar a história do outro no exercício da escrita autobiográfica?

A distinção entre uma escrita íntima e uma escrita pública tem sido efetuada através de diversas abordagens na relação entre o que pertence à dimensão do sujeito e o que constitui a dimensão pública de uma coletividade. Gêneros pertencentes atualmente à categoria de escrita pessoal já foram, em outras épocas, parte de uma escrita coletiva e pública. O que, então, surge como traço distintivo mais proeminente e mais facilmente detectável não são as características formais do gênero, mas sim o fato de o sujeito ser o seu próprio objeto da escrita. A primeira oposição que auxilia na distinção e definição de uma escrita íntima é a que coloca de um lado as memórias e, do outro, os diários.

Em “As práticas literárias ou a publicidade do privado”, Jean Marie Goulemot argumenta que as memórias “procuram reduzir a pessoa a seus atos públicos” e que “se detêm onde começam o privado e o íntimo” (GOULEMOT 1991, 390). Os diários, por sua vez, ainda que em um primeiro momento tenham tido como objeto de sua narrativa a vida comunitária, a jornada coletiva, a contabilização material e também espiritual de um grupo, aos poucos, porém, deixam o espaço do grupo e começam a dar mais ênfase ao espaço íntimo. Essa transformação se dá, ainda segundo Goulemot, quando, nos diários íntimos, o sujeito passa a ser o objeto da escrita. Entretanto, o que pesa na distinção proposta não é tanto o conteúdo que revelam, mas a maneira como, ao se posicionarem no âmbito público ou no privado, instauram um compromisso com a verdade. A escrita íntima que dá ênfase ao sujeito coloca-o como “fundamento da verdade daquilo que enuncia” (Ibid., p.392). É através da utilização de uma narração em primeira pessoa que se instaura uma compreensão da verdade dita pelo sujeito que a enuncia, em função de revelar o que não está à vista e não pertence aos atos da vida pública. E a abertura dessa janela para vislumbrar a intimidade funciona como um legitimador da verdade dos eventos relatados. Será com Rousseau que o critério de verdade deixará de ser estabelecido por normas exteriores e será transferido para o foro íntimo. No século XX, a relação do autor do diário com a verdade repetir-se-á com a mesma força em outro desdobramento da escrita íntima, a autobiografia.

Lejeune posiciona o texto autobiográfico no campo do texto referencial, pelo fato de o texto remeter a uma existência exterior a ele mesmo, que pode ser verificada, e projetar, além disso, não um efeito do real, mas uma imagem dele. O efeito suscitado na leitura é de uma aceitação, por parte do leitor, do relato como imagem da verdade. A abdicação do leitor em verificar a veracidade do dito serve como prova dessa premissa.

Em seu estudo *L'autobiographie – Écriture de soi et sincérité*, Jean-Philippe Miraux demonstra uma distinção bastante cara à reflexão do tópico da verdade na escrita pessoal. Utilizando como exemplo fundador desse gênero de escrita as *Confissões*, de Rousseau, o autor identifica um impasse no projeto rousseauiano de expor uma verdade absoluta sobre si mesmo, em suas confissões:

Si l'on exclut les déclarations péremptoires du préambule, c'est surtout à partir du livre troisième des *Confessions* que Rousseau s'adresse à son lecteur pour lui soumettre la problématique incontournable de la vérité; comment en effet écrire l'absolue vérité lorsque l'on fait œuvre à partir de sa vie? (MIRAUX 1996, 49).

A solução encontrada por Rousseau, segundo Miraux, teria sido a de lançar mão de suas lembranças para reconstruir seu passado nos momentos mais obscuros, distantes e difusos. E é o próprio Rousseau quem explicita sua estratégia ao reconhecer a existência de lacunas e vazios os quais não podem ser preenchidos senão pelas lembranças que deles ainda guarda. Sua atitude vem apontar para a importância não da verdade dos fatos, mas da sinceridade do narrar. Para Rousseau, a questão da verdade pouco importa, pois é o efeito de verdade produzido no autor o que vai ser transmitido ao leitor, através do estilo. Miraux recupera a etimologia do termo “sincero” para explicitar o *modus operandi* dessa distinção entre verdade e sinceridade na escrita de Rousseau:

Étymologiquement, le terme *sincère* provient du latin *sincerus* qui signifie “sans cire” (terme employé à propos du miel). L'étymologie nous rappelle donc que la sincérité appartient au domaine de la pureté, de ce qui n'est pas altéré ou mélangé. (...) L'objectivité n'est alors plus de mise: le mouvement de l'écriture suit le mouvement de la subjectivité intérieure qui *ressent* les faits, les actes, les sentiments comme vrais, comme conformés à ce que le moi veut évoquer. Ce qui garantit une forme de vérité des événements relatés, c'est la certitude de les avoir vécus comme tels, perçus comme tels. (Ibid., p.50)

Assim, substituindo-se uma demanda de veracidade nos escritos autobiográficos por uma sinceridade da narrativa, estar-se-ia efetuando uma

leitura dos eventos e dos fenômenos completamente enquadrada na perspectiva daquele que conta a partir daquilo de que se lembra. Miraux declara que a escrita autobiográfica é, dessa forma, uma escrita sentimental e não mimética e que a relação com uma realidade referencial não existe a não ser indiretamente. Essa afirmação se opõe àquela de Lejeune, aprofundando a problemática da verdade na escrita pessoal não pela aceitação tácita do leitor de que o texto seja referencial (e, portanto, aponta para uma realidade exterior ao próprio texto), mas pela busca no texto mesmo de pistas que sinalizem para a maneira como a narrativa retrospectiva foi construída. Somente então seria possível avaliar se sua relação com os fatos narrados fundamenta-se em uma documentação passível de ser verificada ou se, por outro lado, é fruto de uma reconstrução “sentimental” da memória. Miraux assume-se partidário da sinceridade, ao dizer que esta é mais confiável do que a “verdade racional, fria e objetiva” (Ibid., p.51), pois a sinceridade seria capaz de colocar o escritor diante de si mesmo e seria, também, responsável pela inclusão, no âmbito da escrita autobiográfica, da interioridade e da sensibilidade. Mais adiante, tal distinção se complica quando, por exemplo, surgem narrativas testemunhais, com valor referencial, que também reconstituem “sentimentalmente” os fatos do passado.

O direito à privacidade

No prefácio de *Diário Selvagem*, de José Carlos de Oliveira, o jornalista Jason Tércio, responsável pela organização do diário para publicação, adverte que, “para evitar possíveis constrangimentos, foi mantido o anonimato de pessoas citadas de maneira condenável pela sociedade cristã ou em situações controvertidas, respeitando-se assim o direito à privacidade” (Oliveira, op. cit., p.12). Em entrevista, à época do lançamento de *Diário Selvagem*, o jornalista afirmou que a utilização de iniciais para ocultar o verdadeiro nome das pessoas mencionadas no diário, embora seja recurso comum por questões legais, não pode, contudo, ser considerada integralmente eficaz. Segundo ele, “as pessoas muito próximas das que são citadas, ou que conhecem a situação mencionada, podem saber de quem se trata, ou desconfiar. Mas do ponto de vista legal e ético a privacidade está resguardada.” (TÉRCIO s.d.). Se, do ponto de vista legal, é possível compreender que não estaria havendo uma violação da privacidade, do

ponto de vista ético, porém, a afirmação não pode ser sustentada. O fator de preservação da privacidade estaria baseado no número de pessoas capazes de identificar, pelo contexto, as pessoas citadas por iniciais, ou pelo fato mesmo de alguém, ainda que uma só pessoa, ser capaz da identificação? Em textos científicos que utilizam estudos de caso ou relatos clínicos, mesmo com a omissão do nome dos pacientes, caso eles se reconheçam, ou sejam reconhecidos por quem os conhece, através de seu perfil pessoal ou clínico mesmo, esse reconhecimento não enfraqueceria até mesmo as estratégias de omissão da identidade civil, como forma de preservação do direito à privacidade?

Aceitar a verdade que residiria na narrativa autobiográfica é duplamente expor a intimidade: do sujeito que narra e daqueles que a ele se relacionam nos mais diversos níveis. Daí resulta o problema ético fundamental da escrita pessoal: sua abrangência da intimidade do eu e do outro e, conseqüentemente, o direito à privacidade do outro referido na narrativa do eu. O direito à privacidade a que o organizador do *Diário Selvagem* se refere foi incorporado à legislação norte-americana vigente a partir da publicação de um artigo de Samuel Warren e Louis D. Brandeis, “The Right to Privacy”, na *Harvard Law Review*, no ano de 1890. No artigo, os autores chamam a atenção para a necessidade de se ampliar os mecanismos de proteção da intimidade:

“The common law has always recognized a man's house as his castle, impregnable, often even to its own officers engaged in the execution of its commands. Shall the courts thus close the front entrance to constituted authority, and open wide the back door to idle or prurient curiosity?” (BRANDEIS and WARREN 1890).

A colocação de “trancas” na porta dos fundos veio sob a forma do direito à privacidade. Tal direito prevê a não-interferência e não-intromissão, por parte de indivíduos ou do próprio Estado, no âmbito da intimidade das pessoas. A motivação para o alerta do artigo quanto aos riscos de invasão de privacidade foram as constantes matérias jornalísticas que tratavam, de forma intrusiva, da vida social da família de Samuel Warren – uma família rica, bem frequentada e bem relacionada: uma oportunidade imperdível para um jornalismo sensacionalista ainda incipiente. O alcance da argumentação dos autores do artigo foi tão abrangente – previa um direito à privacidade de pensamentos, emoções e sensações, independentemente de serem expressas por escrito ou por atitudes,

através de conversas ou expressões faciais – que chega a ser sintetizada como uma demanda pelo direito de uma personalidade inviolável.

No artigo 12º da Declaração Universal dos Direitos do Homem, a proteção contra violações da privacidade reaparece: “Ninguém será objeto de invasões arbitrárias em sua vida privada, sua família, seu domicílio ou sua correspondência, nem de atentados à sua honra e à sua reputação. Todos têm direito à proteção da lei contra tais invasões ou atentados.” No Brasil, é somente com a promulgação da Constituição de 1988 que o direito à privacidade aparece de maneira explícita, no “Art. 5º (...): X – São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.” A inviolabilidade da intimidade, porém, só é considerada quando se circunscreve ao âmbito pessoal do indivíduo, não refletindo em relação ao outro. Torna-se problemática a separação do que pode ser considerado de âmbito pessoal daquilo que se refere também ao outro.

O último capítulo de *How our lives become stories*, “The Unseemly Profession”, de Paul John Eakin, aproxima a discussão do *eu autobiográfico* – sua natureza relacional – e as consequências de revelações feitas que afetem ou ameacem o direito à privacidade do outro. Seu exemplo principal, *The Kiss*, autobiografia de Kathryn Harrison, embora pareça uma escolha extremada, presta-se eficazmente a ilustrar o que muitas vezes pode ser chamado de “mercado do infortúnio”, cujo efeito pode ser o de angariar olhares indulgentes para o autobiógrafo. Em sentido inverso, essa empatia (ou compaixão) é deixada de lado, nessa reflexão, para ser analisado o potencial abusivo da narrativa de vida em relação ao outro que participa da mesma história. Publicado em 1997, a narrativa autobiográfica de *The Kiss* concentra sua força na revelação da relação incestuosa entre Kathryn e seu pai. Eakin cita uma crítica recebida pelo livro, no *The Wall Street Journal*, que acusa os atuais relatos memorialísticos de terem destruído “o último véu de privacidade que protegia a inviolabilidade do indivíduo das fofocas descuidadas das massas” (1999:156). A crítica reconhece a função terapêutica dos relatos de vida, mas chama a atenção para o preço pago pelos familiares e pessoas relacionadas à história do autor. Ainda que se reconheça, como no caso de Kathryn, o papel abusivo de seu pai, não seria sua revelação um abuso também?

Citada por Eakin, Sissela Bok afirma que “ninguém vive em completo isolamento” (Ibid., p.156), e seu interesse principal em *Secrets: On the Ethics of Concealment and Revelation* é investigar as questões éticas que emergem quando alguém revela, publicamente, seus segredos. Como seria possível a realização de uma escrita pessoal que respeitasse um pacto de sinceridade (com o escrito e com o leitor), e que não expusesse também a intimidade do outro? Para Eakin, o *eu* é uma categoria relacional e não autônoma. A partir daí, como abrir o baú de segredos de um eu sem que, com isso, haja a exposição do *outro*, inadvertidamente? Por conta dessa natureza relacional da identidade, haveria a necessidade de uma ponderação por parte de uma ética da privacidade, quando confrontados com a revelação da identidade que é, estruturalmente, formada por outras identidades (e outras privacidades). Em *Vulnerable Subjects – Ethics and Life Writing*, G. Thomas Couser é taxativo ao afirmar que “it is now a critical commonplace that all autobiography is necessarily *heterobiography* as well because one can rarely if ever represent one’s self without representing others” (COUSER 2004, x).

A questão sobre se a escrita íntima, em geral, causaria algum dano é confirmada, segundo Eakin, pela recepção das memórias de Kathryn Harrison. O que, contudo, permanece obscuro é qual o dano exatamente que a escrita íntima de uma pessoa pode causar em outras. Que haja uma gama enorme de julgamentos morais acerca dos atos ou dos posicionamentos dos indivíduos envolvidos no relato, parece ser um ponto indiscutível. O que Eakin quer desenvolver nesse capítulo – e que desenvolverá com mais atenção em *The Ethics of Life Writing*, de 2004, é o que chama de “consequências morais do ato mesmo da escrita” (Eakin, 1999, p.160), na pergunta sobre “o que é certo ou justo quando eu escrevo sobre alguém, e o que é certo ou justo quando alguém escreve sobre mim?” (loc. cit.). O ponto crucial para mapear e mensurar os danos eventualmente causados pela escrita íntima é a distinção dos dois modelos de identidade. O primeiro, que habita a dimensão jurídica e legal, está arraigado à noção de uma identidade monolítica – de um eu autônomo -, cujos atos podem ser julgados assim como podem ser analisados os efeitos dos atos dos quais ele é agente ou pelos quais é afetado. O segundo modelo, o da identidade construída através de uma rede de relações entre o *eu* e os *outros*, “torna difícil a demarcação dos limites do *eu* a respeito do qual uma ética baseada na privacidade da pessoa pode ser fundada” (loc. cit.). Eakin

reconhece que os dois modelos, antes de serem opostos e excludentes, podem ser considerados como complementares, mas opta explicitamente pelo modelo relacional para levar adiante seu questionamento sobre os danos da escrita íntima sobre o direito à privacidade, pois, para ele, é esse modelo que é mais frequentemente retratado nas memórias e autobiografias contemporâneas. Diante de uma realidade vivida de acordo com o modelo de identidade relacional, Eakin conclui que “somos *eus* relacionais vivendo vidas relacionais” e que “uma ética da privacidade precisa se ocupar desse fato” (Ibid., p.161). Sob a perspectiva de uma ética da privacidade, o papel indispensável dessa violação da privacidade do outro na escrita íntima estaria levando o sujeito da escrita pessoal a incorrer em desrespeito pelo outro ou, como sugere Eakin, ele estaria reificando o outro – transformando-o em objeto de sua escrita:

(...) the very existence of life writing requires the fiction that persons and their lives be susceptible to the commodification involved in textual representations. But this fiction creates not only the possibility of disrespecting the person, treating the person as a thing; it also allows for the assault on the person's “inviolable personality” precisely because privacy's protective space has been breached – the person, embodied in text, made thing, is accessible to harm. One can strike at a textualized body. (Ibid., p.172)

O caso Menchú – Verdade ou memória sentimental

Em 1992, a escritora Rigoberta Menchú recebeu o Prêmio Nobel da Paz pela sua campanha pelos direitos humanos a favor dos povos indígenas. Filha de camponeses pobres na Guatemala, durante a adolescência trabalhou nos campos e, nesse período, vivenciou com sua família e a comunidade toda forma de injustiça, discriminação, perseguição e miséria. Autodidata, tornou-se uma militante política ativa na tarefa de encorajar seu povo a resistir à opressão. Em 1981, por causa do seu intenso ativismo político, teve que deixar o país e se exilar no México, onde organizou os movimentos de resistência de camponeses.

Como resultado de suas entrevistas concedidas a Elizabeth Burgos, foi publicado o livro *I, Rigoberta Menchú, an Indian Woman in Guatemala*. Além de chamar a atenção do mundo para o problema local dos povos oprimidos na Guatemala, o *testimonio* de Rigoberta gerou também muita polêmica em torno da veracidade de alguns trechos. A polêmica Menchú-Stoll, como veio a ser conhecida, questiona a veracidade do relato da morte do irmão de Rigoberta

Menchú, em seu *testimonio*. A autora narra as circunstâncias da morte do irmão, com detalhes, em primeira pessoa:

He was cut in various places. His head was shaved and slashed. He had no nails. He had no soles to his feet. The earlier wounds were suppurating from infection. And the woman *compañera*, of course I recognized her; she was from a village near ours. They had shaved her private parts. The nipple of one of her breasts was missing and her other breast was cut off. She had the marks of bites on different parts of her body. She was bitten all over, that *compañera*. She had no ears. All of them were missing part of the tongue or had had their tongues split apart. I found it impossible to concentrate, seeing that this could be. (Menchú apud Lauritzen, 2004, p.22).

O antropólogo David Stoll faz uma investigação sobre as circunstâncias do evento narrado e, em seu livro *Rigoberta Menchú and the Story of All Poor Guatemalans*, afirma que passagens significativas da narrativa de Menchú foram fabricadas. Tenta provar, por exemplo, que, à época da morte do irmão, ela não poderia estar presente para testemunhar, e que a morte aconteceu de uma forma diferente daquela narrada no livro. Para ele, o que é vendido como um testemunho verídico de uma conjuntura social, econômica, histórica e política não passa de uma invenção literária.

A tentativa de Stoll de desqualificar o testemunho de Rigoberta encontra vários oponentes. Um deles, John Beverley, em seu artigo “The Real Thing”, questiona se a posição de Stoll não se deve ao fato de ele estar ligado (ou apoiar) as missões evangelizadoras na América Central, ao passo que Rigoberta estaria sintonizada com as correntes mais politicamente engajadas da Igreja Católica. Dessa forma, toda a polêmica estaria resumida a uma batalha por consumidores da fé e não necessariamente uma cruzada, por parte de Stoll, para cobrar uma postura ética na produção de narrativas de vida, como é o caso dos *testimonios*.

Um dos argumentos utilizados por Beverly e por Georg Gugelberger, outro defensor de Rigoberta, é a comparação com o relato de sobreviventes do holocausto. Mais precisamente com o depoimento de Shoshana Felman e Dori Laub. Trata-se do relato sobre uma resistência dos judeus em Auschwitz. Segundo o relato, quatro chaminés do campo de concentração teriam sido explodidas durante o movimento de resistência dos cativos. Evidências materiais apontariam para um número diferente: apenas uma chaminé fora destruída. Assim, os defensores argumentam que as testemunhas relataram algo muito maior do que minúcias quantitativas. Não é o número de chaminés o que importa, mas algo

maior e mais radical: a realidade de um incidente difícil de ser imaginado. Seus testemunhos estariam apontando para uma verdade histórica, por desafiar uma certeza no fato de os judeus terem sido sempre passivos durante seu confinamento no campo de concentração.

Beverly prossegue em seu argumento a favor de Rigoberta reconhecendo, no *testimonio*, um evento em si mesmo. E isso validaria um testemunho que se provou não estar tão colado ao que efetivamente ocorreu, em termos de detalhes factuais. Não é somente seu discurso, mas as fronteiras do silêncio que rodeia o discurso, o que confirma, hoje tanto quanto no passado, a validade do testemunho. Como um ato político de dar voz aos silenciados, o *testimonio* de Rigoberta mereceria o crédito de ter feito com que norte-americanos encarassem, pela primeira vez, consequências de suas políticas externas na América Central.

Em seu artigo “Arguing with life stories: the case of Rigoberta Menchú”, Paul Lauritzen discute a validade das narrativas baseadas na experiência que, por alguma razão, têm questionada a veracidade de parte ou da totalidade dos fatos narrados. Para ele, tais empreendimentos só se constituiriam em um projeto moral viável se a credibilidade do narrador se mantivesse intacta. A distinção entre fato e ficção é fator decisivo. Para exemplificar, Lauritzen analisa os argumentos dos defensores de Rigoberta Menchú, entre eles o já citado John Beverly, e contabiliza as vantagens e desvantagens da denúncia feita por David Stoll. Segundo ele, Stoll não duvida da veracidade da brutalidade com que o governo da Guatemala agiu em relação ao povo, seu questionamento refere-se à condição de testemunha ocular de alguns incidentes relevantes da narrativa assumida por Rigoberta. Considerando que o *testimonio* de Rigoberta porte um argumento moral baseado numa narrativa de vida, em que medida as alegações de Stoll enfraquecem esse argumento? Para responder a essa pergunta, Lauritzen isola as duas linhas principais da defesa de Menchú. A primeira acusa Stoll de não ter entendido a natureza do *testimonio* de Rigoberta e, a segunda, de não ser sensível à grandeza da verdade corporificada pela narrativa.

A primeira linha de defesa posiciona o *testimonio* para além dos gêneros da história oral e da autobiografia. *Testimonios* deveriam “ser lidos como uma forma distinta de ‘literatura’ através da qual os subalternos encontraram uma voz na

América Latina desde os anos 70” (Lauritzen, op. cit., p.26). O autor recorre à definição de *testimonio* oferecida por John Beverly:

(...) a novel or novella-length narrative in book or pamphlet (that is, printed as opposed to acoustic) form, told in the first person by a narrator who is also a real protagonist or witness of the event he or she recounts, and whose unit of narration is usually a “life” or a significant life experience. *Testimonios* may include, but is not subsumed under, any of the following categories, some of which are conventionally considered literature, others not: autobiography, autobiographical novel, oral history, memoir, confession, diary, interview, eyewitness report, life history, *novella-testimonio*, nonfiction novel, or “factographic literature.” (...) The situation of narration in *testimonio* has to involve an urgency to communicate, a problem of repression, poverty, subalternity, imprisonment, struggle for survival, and so on. (Beverly citado por Lauritzen, loc. cit.)

Pela diferenciação óbvia que se faz entre a recepção do *testimonio* e a da autobiografia, por exemplo, neutraliza-se, no primeiro, a demanda de verdade na dimensão minuciosa ou radical como é instaurada no caso da leitura da autobiografia. Para muitos defensores do *testimonio*, o *eu* que narra projeta a força de uma voz coletiva e, portanto, Rigoberta não necessita ter estado lá para ter sua voz legitimada como uma voz coletiva do povo oprimido da Guatemala. A defesa desse argumento tem na urgência referida por Beverly seu ponto mais importante. O que Menchú diz ter testemunhado – e tem refutada a veracidade do que conta – poderia ter acontecido com ela, pois sua voz não é somente sua. Sequer é sua, é a voz da coletividade que clama um canal pelo qual possa demandar sua parte no inventário de justiça. Sua legitimidade, assim como a do seu relato, é justificada por John Beverly pela capacidade dela em criar suas próprias condições de verdade e representação. Em resumo, essa linha de defesa não vê em pequenas discrepâncias factuais um risco para o projeto moral (e político) dos *testimonios*.

A segunda linha de defesa se estabelece na crença de que Stoll, por ater-se às inconsistências factuais, recusa-se a ver o problema da opressão, violência e arbitrariedade em toda a sua extensão. Haveria uma diferença fundamental entre as reivindicações pessoais e as coletivas ou gerais, e Menchú estaria dando voz a uma reivindicação coletiva. Assim, como já mencionado anteriormente, não seria o número de chaminés explodidas em Auschwitz o que importa, e sim a dimensão do evento recontado. Se há inconsistências na narrativa de Rigoberta, elas seriam irrelevantes diante do problema maior que ajudam a expor. Lauritzen refuta essa linha de defesa afirmando que ela conduz a um ceticismo corrosivo por pretender

não existir a possibilidade de conhecimento da verdade toda ou de uma Verdade. Segundo ele, “desculpar” as inverdades de Menchú, com base na afirmação de que uma verdade absoluta é impossível, seria perigoso, pois abriria precedentes para que a versão dos militares fosse igualmente tida como verdadeira.

A reflexão de Lauritzen é abrangente e focaliza, principalmente, as bases das linhas de defesa de Rigoberta Menchú. Seu posicionamento, mais sóbrio, é o de que seus defensores deveriam ser mais cuidadosos no que tange à distinção entre fato e ficção no âmbito das narrativas de vida. A razão, esclarece, tem a ver com o fato de tais narrativas serem tidas como repositórios para deliberações morais. Por fim, de maneira bastante sintética, compara:

Just as we ought to be concerned with the reliability of a narrator in a work of fiction, so too we must be concerned about the trustworthiness of the narrator of an experiential narrative. Indeed, we need to be particularly concerned about the reliability of the narrator of a life story, at least when that story is being put to work morally. (Ibid., p.37).

Os exemplos utilizados para refletir sobre consequências éticas em narrativas de vida se prestam a provocar uma reflexão mais cuidadosa. Se, de um lado, há um projeto moral (e político) que se utiliza da marca de subjetividade como uma espécie de avalista da verdade do narrado, há, por outro lado, a necessidade de se definir quão flexível o conceito de verdade deva ser. Além disso, há quem defenda que o direito a uma narrativa íntima não poderia ferir o direito à privacidade do outro. A preservação desse direito à privacidade fica mais enfraquecida ainda em um momento no qual a narrativa de vida se torna um fenômeno editorial. Na introdução de *The Ethics of Life Writing*, Paul John Eakin define o atual momento como uma era da memória, alimentada por uma cultura da confissão. As narrativas de vida, dessa forma, expõem cada vez mais a privacidade sem que uma reflexão ética disso tenha sido proposta. Seu livro, contudo, parece ser um passo inicial nesse sentido. Resultado de um colóquio realizado em 2002, os ensaios contidos no livro discutem desde a questão da verdade nas narrativas de vida até formas até então não imaginadas de depósito de memória e história pessoal, os códigos genéticos, por exemplo. Certamente, muito ainda resta a ser considerado em relação ao exercício das narrativas de vida e questões éticas, para além da verdade em si.